



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO – PRPPGI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL-
PPGEXR**

SIMONE FRANCISCA RAMOS DE SOUSA

**“CAATINGUINHA É TUDO NA VIDA”?
RELAÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA CAATINGUINHA NO
TERRITÓRIO DE ÁGUAS DO VELHO CHICO
(OROCÓ-PE)**

JUAZEIRO-BA

2021

SIMONE FRANCISCA RAMOS DE SOUSA

**“CAATINGUINHA É TUDO NA VIDA”?
RELAÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA CAATINGUINHA NO
TERRITÓRIO DE ÁGUAS DO VELHO CHICO
(OROCÓ-PE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PAGER, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Extensão Rural e Desenvolvimento

LINHA DE PESQUISA: Identidade, Cultura e Processos Sociais.

ORIENTADOR: Prof. Nilton de Almeida Araújo

COORIENTADORA: Prof (a): Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

JUAZEIRO-BA

2021

	Sousa, Simone F. R. de.
S725c	“Caatinguinha é Tudo na Vida? Relações sócio-produtivas da Comunidade Quilombola Caatinguinha no Território de Águas do Velho Chico (Orocó-PE) / Simone Francisca Ramos de Sousa - Juazeiro, 2021.
	xiv, 107 f: il.; 29 cm.
	Dissertação (mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro, 2021.
	Orientador (a): Prof. Dr. Nilton de Almeida Araújo Co-orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira
	1. Extensão rural. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Sociologia rural. I. Título. II. Araújo, Nilton Almeida. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 630.71

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB – 5 / 1369

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO

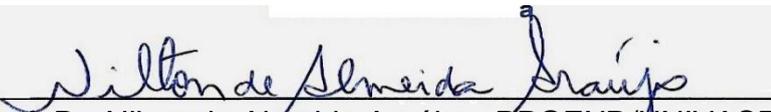
Simone Francisca Ramos de Sousa

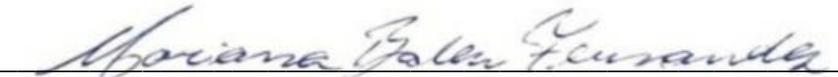
“CAATINGUINHA É TUDO NA VIDA”?
Relações sócio-produtivas da Comunidade
Quilombola Caatinguinha no Território de Águas do
Velho Chico (Orocó-PE)

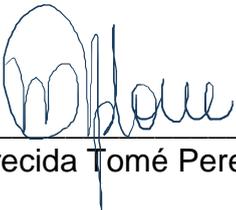
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na linha de pesquisa: I – Identidade, Cultura e Processos Sociais, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovado em: 25 de janeiro de 2021.

Banca Examinadora


Prof. Dr. Nilton de Almeida Araújo – PPGEXR/UNIVASF


Prof. Dra. Mariana Balen Fernandes – UFRB


Prof. Dra. Mônica Aparecida Tomé Pereira – PPGEXR/UNIVASF

À comunidade Quilombola Caatinginha.

AGRADECIMENTOS

A Educação está presente em minha vida desde sempre. Meus pais estudaram pouco e sempre se falou em formação como uma forma de mudar de vida e transformação. Então, mamãe incentivou e continua incentivando os filhos, agora os netos, e todos aqueles que querem se libertar através do conhecimento, como ela mesma fala o “saber ninguém toma”, que converge com a ação extensionista de transformação do conhecimento.

Por isso, agradeço aos meus pais Anita Ramos e Luiz Antonio (in memorian) e ao meu avô Odonel Ramos (in memorian) pelo o incentivo e oportunidade de acreditar e apresentar a melhor arma para a transformação do sujeito, o conhecimento. Como somos uma família de pretos, furar a bolha não foi fácil e faz parte dessa luta constante em nossas vidas.

Agradeço às comunidades quilombolas pelo aprendizado e a experiência vivenciada, sem eles não teria conseguido fazer esse trabalho. As famílias do Território Águas do Velho Chico, em especial as de Caatinginha, que me acolheram e me deram suporte para a realização pesquisa.

Ao meu orientador Nilton de Almeida e coorientadora Lúcia Marisy que me ajudaram a pensar e pensar, refletir sobre as realidades quilombolas, nesse desafio da escrita e da busca do conhecimento.

A banca de qualificação, Professoras Mônica Tomé (UNIVASF) e Márcia Guena (UNEB), que contribuíram para o avanço na pesquisa.

Aos professores do Mestrado, que foram fundamentais para a construção das ideias, que oportunizaram aprendizados através dos debates em sala e das leituras dos textos.

Agradeço, aos meus irmãos Silvia Ramos, Sérgio Ramos, Renato de Almeida, aos meus sobrinhos Pedro Henrique e Manuella, por entenderem as ausências nos momentos de aula aos finais de semana, da escrita que não pude brincar e nem estar com eles para me dedicar ao mestrado, uma superação.

Agradeço aos meus amigos, em especial Kátia Adriana, Gilda Ferreira, Gizélia Ferreira, Moisés Félix, Geisa Duarte, Otávio Correia, Mariana Balen, Catarina de Angola, Ana Cláudia, Sônia Ribeiro, que me apoiaram e incentivaram nesse desafio. Amigos especiais que não me deixaram cair em um só instante.

Agradeço aos meus amigos de trabalho do INCRA, Bruno Monteiro, Rodrigo Beserra, Isabel Rodrigues e Julia Dalla Costa pelo aprendizado, apoio e incentivo nessa jornada da regularização fundiária. Que Equipe maravilhosa.

Aos colegas e amigos do Mestrado, Elijalma Augusto, Liz Castro, Rai Pereira, Catiane Melquiades, Luiz Cezar, Charles Jean, Adriana Nascimento, Neuraide Marinho e Jaziel Santos, que estiveram comigo nessa caminhada de angústias, construções e desconstruções, porém de muitos aprendizados.

Apenas gratidão.

*Ser Quilombo é ter orgulho
E assumir o pouco que tem
Assumir o cabelo torrado
E a pele negra também
Ser Quilombo é ter coragem
E amor no coração
Ser Quilombo é não ter medo
De racismo ou exclusão
É olhar olho no olho
E assumir sua identidade
Respeitando as diferenças
No campo e na cidade
Ser negro não é vergonha
Ser negro não é defeitos
Ser negro é não ter medo
De lutar por seus direitos [...]*

“Ser Quilombo” – Giselle Rosário.

“CAATINGUINHA É TUDO NA VIDA”? RELAÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CAATINGUINHA NO TERRITÓRIO DE ÁGUAS DO VELHO CHICO (OROCÓ-PE)

RESUMO

Este estudo se fundamenta na experiência da Comunidade Quilombola Caatinguinha, localizada no município de Orocó, estado de Pernambuco. A problemática consiste em saber qual a relação das práticas produtivas realizadas pela comunidade quilombola em epígrafe e sua relação com o território. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas produtivas realizadas pela comunidade quilombola Caatinguinha e sua relação com o território. Neste sentido, busca-se identificar as práticas produtivas de uso coletivo e limitações quanto ao acesso aos recursos naturais junto às famílias quilombolas de Caatinguinha atentando também às relações sócio produtivas entre as famílias quilombolas de Caatinguinha e demais famílias pertencentes ao território de Águas do Velho Chico. O percurso metodológico foi realizado de acordo com as técnicas e métodos da pesquisa de estudo de caso, com abordagem qualitativa, natureza explicativa e descritiva, fundamentos da pesquisa participante e de engajamento na causa quilombola. Os dados foram coletados através das entrevistas semiestruturadas realizadas com os quilombolas e possibilitou conhecer a realidade da comunidade Águas do Velho Chico, a partir do convívio com as famílias. Assim, o texto descreve o histórico de ocupação de Caatinguinha, sua relação com o Rio São Francisco; as estratégias políticas, sociais utilizadas pela comunidade, bem como as formas de resistência; os conflitos que envolvem a comunidade, o rio, e o território, demonstrando a interferência do Estado e das empresas. Além desse manuscrito, foi produzido um vídeo, **Narrativas e Trajetórias Negras do Velho Chico**, com duração de 10 minutos, com o intuito de documentar o envolvimento que a comunidade tem com o Território e a importância de Caatinguinha a partir do olhar de seus integrantes. A sua produção foi uma construção coletiva com o envolvimento de Caatinguinha e da Comissão do Território Águas do Velho Chico.

Palavras-chaves: Território. Práticas Produtivas. Quilombolas. Ancestralidade. Parentesco.

"CAATINGUINHA IS EVERYTHING IN LIFE"? SOCIO-PRODUCTIVE RELATIONSHIPS OF THE QUILOMBOLA CAATINGUINHA COMMUNITY IN THE WATER TERRITORY OF VELHO CHICO (OROCÓ-PE)

ABSTRACT

This study is based on the experience of the Quilombola Caatinginha Community, located in the municipality of Orocó, state of Pernambuco. The problem consists in knowing what is the relation of the productive practices carried out by the quilombola community in question and its relation with the territory. The general objective of the research is to analyze the productive practices carried out by the Caatinginha quilombola community and their relationship with the territory. In this sense, we seek to identify the productive practices of collective use and limitations regarding access to natural resources with the quilombola families of Caatinginha, also paying attention to the socio-productive relations between the quilombola families of Caatinginha and other families belonging to the territory of Águas do Velho Chico. The methodological path was carried out according to the techniques and methods of the case study research, with a qualitative approach, explanatory and descriptive in nature, fundamentals of participatory research and engagement in the quilombola cause. The data were collected through semi-structured interviews conducted with quilombolas and made it possible to get to know the reality of the Águas do Velho Chico community, from living with families. Thus, the text describes the history of the occupation of Caatinginha, its relationship with the São Francisco River; the political and social strategies used by the community, as well as the forms of resistance; the conflicts involving the community, the river, and the territory, demonstrating the interference of the State and companies. In addition to this manuscript, a video, Narratives and Black Trajectories of Velho Chico, was produced, lasting 10 minutes, in order to document the community's involvement with the Territory and the importance of Caatinginha from the perspective of its members. Its production was a collective construction with the involvement of Caatinginha and the Águas do Velho Chico Territory Commission.

Keywords: Territory. Productive Practices. Quilombolas. Ancestrality. Parantage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA** – Associação Brasileira de Antropologia
- ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATES** – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
- AQC** – Associação Quilombola Caatinguinha
- CCLF** – Centro de Cultura Luiz Freire
- CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CF** – Constituição Federal
- CONAQ** – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- DFQ** – Diretoria Fundiária Quilombola
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FCP** – Fundação Cultural Palmares
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERPE** – Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MC** – Ministério da Cidadania
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PBQ** – Programa Brasil Quilombola
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNHR** – Programa Nacional de Habitação Rural
- PNPCT** – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- PNRA** - Programa Nacional de Reforma Agrária
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- RTID** – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TQ – Território Quilombola

UEA – Unidade Avançada do Sertão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa do Sertão do São Francisco.....	24
Figura 2 – Pilão (instrumento de transformação do alimento).....	32
Figura 3 – Símbolo da Comunidade Quilombola.....	47
Figura 4 – Encosta do Rio	53
Figura 5 – Centro da Comunidade Quilombola Caatinguinha	54
Figura 6 – Reisado	55
Figura 7 – São Gonçalo	56
Figura 8 – Igreja Católica da Comunidade Quilombola Caatinguinha	57
Figura 9 – Mapa de Localização da Comunidade Caatinguinha.....	59
Figura 10 – Estrada de acesso á Comunidade	60
Figura 11 – Organização das casas.....	60
Figura 12 – Casa de Taipa	61
Figura 13 – Sede da Associação Quilombola de Caatinguinha.....	63
Figura 14 – Rio São Francisco	81
Figura 15 – As margens do Rio São Francisco	82
Figura 16 – O rio e as plantas nativas	83

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cor da Pele	65
Gráfico 2 – Fonte de Renda	65
Gráfico 3 – Escolaridade.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
MARCOS TEÓRICOS	20
TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	22
PRODUTO FINAL	27
CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO	30
1.1 A ressignificação dos quilombos	30
1.2 Aos Remanescentes de Quilombos reconhecidos	34
1.3 A Legislação e os Territórios Quilombolas	38
1.4 A Trajetória Quilombola no Sertão Pernambucano	43
CAPÍTULO 2 – CAATINGUINHA: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E O RIO SÃO FRANCISCO	50
2.1 O Quilombo Caatinguinha: narrativas de origem e trajetórias negras do Velho Chico	50
2.2 Comunidade Caatinguinha: infraestrutura, renda	59
2.3 Aspectos Produtivos	70
CAPÍTULO 3 – O DIREITO DE PRODUZIR: CONFLITOS TERRITORIAIS, E O RIO SÃO FRANCISCO	75
3.1 Práticas Produtivas e os Conflitos Territoriais	75
3.2 Caatinguinha e o Rio São Francisco	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	97
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	98
ANEXO B – PEQUENO GUIA DE GRAVAÇÃO COM CELULAR	103
ANEXO C – CORDEL NOSSA ORIGEM	104
ANEXO D – CERTIDÃO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO	106

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado foi motivado com o intuito de analisar a relação das práticas produtivas realizadas pela comunidade quilombola Caatinginha e sua relação com o território. Esta comunidade foi escolhida por se localizar distante do Rio São Francisco, diferentemente de algumas em maior evidência. O rio também foi e continua sendo uma fonte de alimento para moradores de algumas comunidades. Caatinginha também gera interesse por ser afetada pelas limitações ao acesso a terra para cultivar e poder compartilhar suas práticas produtivas entre as gerações, com outras comunidades quilombolas. E à semelhança dessas obrigando as famílias que ali vivem, a prestar serviços nas propriedades privadas próximas da localidade.

Essa inquietação surgiu numa primeira incursão, na Comunidade Caatinginha, 2016, para realização de cadastro de famílias, a fim de compor uma das peças do RTID¹, pois como servidora do INCRA, atuo na execução da política de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Constatou-se à época que a maioria das famílias era participante do Programa Bolsa Família² (PBF).

As comunidades quilombolas lutam pela terra, não por ela ser considerada produtiva, pois muitas vezes as áreas pleiteadas são improdutivas. Porém, representam a continuidade das famílias que ali estão. Como o caso de Caatinginha que tem uma relação forte com a terra, que representa sua história e a coletividade considerada seu maior patrimônio. Maria de Lourdes Bandeira (1991) afirma que a relação das comunidades negras com a terra se deu pelo aspecto histórico e social pautado no coletivo, para além do direito privado. E que a terra coletivamente apropriada é um bem público dessas comunidades. (BANDEIRA, 1991, pag. 9).

Nesse sentido, a relação que mulheres e homens têm com a terra é nevrálgica, pois sua existência depende da maneira como a tratam e interagem com a mesma.

¹ Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. O RTID é composto de peças técnicas, como Relatório Antropológico, Cadastro de Famílias, Levantamento Fundiário, Planta e memorial descritivo, Sobreposição, Parecer conclusivo. Para produção do relatório técnico a Superintendência Regional nomeia um grupo técnico interdisciplinar, como antropólogos, agrônomos, cartógrafos, técnicos do cadastro e outros servidores que possuem habilidades que se fizer necessários para a execução dos trabalhos.

² É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir aos beneficiários o direito à alimentação e o acesso educação e saúde. (<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>)

Lutar pelo direito de terra, no Brasil, sempre foi uma ação constante. Os privilégios e as injustiças sobre a posse da mesma e a negligência do Estado brasileiro impediram que no país existisse a mínima justiça agrária. Determinando por décadas ou mesmo séculos a falta de políticas ou medidas redistributivas efetivas, acirrando os ânimos dos movimentos sociais que buscam mecanismos de defesa e proteção para enfrentar as incessantes agressões sociais e institucionais, simbólicas e físicas.

As comunidades quilombolas lutam pelo o acesso a terra, desde a colonização das Américas no Brasil escravista e, principalmente após a abolição da escravização e instauração da República. Esse direito lhes fora negado sistematicamente, ou mesmo sequer cogitado pelas elites. As comunidades ao longo de suas trajetórias históricas sofreram ameaças na posse das terras que ocupam e já ocuparam, seja de grupos particulares, que invadem as áreas cometendo, por exemplo, crimes ambientais, ou na construção de empreendimentos oficiais que desagregam as famílias; seja do próprio Estado, que se omitem sobre a importância dessa população ter acesso as políticas públicas, assim como ao acesso a terra.

As comunidades quilombolas durante muito tempo eram conhecidas por termos diversos como terras de preto, terras de santos, mocambos, comunidades negras rurais, como realçam os autores Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002, que a condição de coletividade camponesa definiu o compartilhamento de um território e de uma identidade. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, pag. 3).

O termo quilombola adotado pelo Estado causa estranheza em algumas comunidades pelo desconhecimento do mesmo. Mas a realidade, as experiências e as visões de mundo e modo de ser e viver constituem componentes que emergem a partir de determinadas provocações de outras comunidades, movimentos negros ou setores – ainda que minoritários – do Estado.

Os quilombolas a partir da emergência em sua busca pelo reconhecimento de seus direitos sobre seus territórios passam a pautar determinadamente seus lugar como sujeitos de direitos (ARRUTI, 1997), onde o acesso a terra é compreendido como condição mínima para continuidade, renovação física e cultural, coletivo definido e utilizado de forma particular no território que habita.

A ocupação das terras quilombolas se deu através de variadas formas, desde a ocupação secular, através de doações dos antigos fazendeiros, e donos de engenhos ou escravos, ou doações de terras, como mostra Bandeira (1991). Ou na afirmação de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) com a noção de terra comum

ativada como elemento da identidade que não está dissociado do território e de suas regras de apropriação, com denominações específicas, como terras de preto, terras de índio, terras de santo, terras de irmandades, terras de herdeiros e terras de ausentes (ALMEIDA, 2008, pag. 51), constituindo espaços, ou antes, territórios onde foi possível desenvolver vínculos de parentesco entre si.

Nesse panorama, a comunidade Caatinginha faz parte do Território Quilombola Águas do Velho Chico, juntamente com Mata de São José, Remanso, Umburana e Vitorino compõem cinco núcleos. Esses núcleos ficam às margens do Rio São Francisco, semiárido pernambucano, no município de Orocó, Pernambuco. As comunidades reivindicam junto ao INCRA, desde 2006, a regularização do território, quando o movimento quilombola intensificou a identificação das comunidades quilombolas na região.

Nas comunidades quilombolas que possuem processos abertos no INCRA (2020) tem aproximadamente **19.505** famílias que ainda precisam ter acesso a terra e as políticas públicas que garantam sua permanência em seus territórios. Nesse sentido, as práticas produtivas desenvolvidas pelas famílias são importantes fontes de geração de renda; seja no artesanato, na produção cultural, extrativismo, produção de hortaliças, criação de pequenos animais, “dedicados exclusivamente a garantir a subsistência familiar, particularmente por meio de estratégias de diversificação produtiva e da aplicação do princípio da alternatividade” (WANDERLEY, 2009).

Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003), “pluriatividade seria uma estratégia da família, com a finalidade de assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (pag. 52). Porém, sem o incentivo e suporte do Estado os agricultores quilombolas ficam sem respaldo e desestimulados, por não terem como escoar a produção. Eles acabam se enveredando a realizar outras atividades para além da agricultura, como babás, professores, comerciários, empregadas domésticas, dentre outras.

Os agricultores quilombolas sempre se articularam entre as unidades de trabalho familiar que conformaram uma divisão do trabalho própria, (ALMEIDA, 2008), onde, os quilombolas produzem para sua subsistência, como também para atender mercados. Assim, é imprescindível que saiam da invisibilidade para desenvolverem suas atividades agrícolas ou outras, pois milhares de famílias ainda persistem no campo sem apoio do Estado, tendo que se submeter parcial ou integralmente ao

trabalho remunerado nas propriedades privadas que estão no entorno ou dentro do próprio território; por não terem terra e recursos suficientes (transporte, internet, energia elétrica, boas estradas), para desenvolver suas práticas produtivas, na produção de alimentos suficientes, garantir sua permanência na terra e terem acesso a outras políticas públicas de desenvolvimento.

José Carlos Marion (1996), afirma que o processo produtivo é uma conjunção de acontecimentos e atos que através dos mesmos ocasionam a transformação em alimentos, a forma de preparar a terra para o plantio de plantas e colheita, visando produzir alimentos para alimentação tanto do homem como para os animais. A pesquisa das estratégias construídas pelas famílias quilombolas, na perspectiva do desenvolvimento territorial podem contribuir, nesse sentido, para uma compreensão mais integral da relação do território e práticas produtivas da comunidade Caatinginha.

Trabalhos realizados sobre comunidades quilombolas elaborados por acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR) tem coberto uma diversidade de experiências da região do São Francisco, em que trabalharam, por exemplo, questões de identidade da comunidade de Cariacá, em Senhor do Bonfim-BA, tendo como referência os discentes de graduação na Univasf, como pode ser visto na dissertação de Paloma Suelen Fernandes de França, intitulada *Ser Comunidade Remanescente de Quilombo: um estudo sobre a Comunidade Cariacá em Senhor do Bonfim*; ou como a análise das representações sociais quilombolas e extensionistas sobre a extensão rural e identidade étnica no contexto da comunidade Nova Jatobá, em Curaçá-BA, de Danilo Moreira dos Santos, com o título de *Representações sociais de usuárias, praticantes e espectadores da extensão rural no contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo Nova Jatobá em Curaçá-Bahia*.

No PPGEXR também se desenvolveu uma pesquisa sobre a trajetória do Alagadiço, primeira comunidade quilombola da região de Juazeiro-BA a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), com resgate de suas memórias e da construção de sua identidade, de Adenilton Gonçalves da Silva Júnior, com o título de *Alagadiço: memórias e identidades de uma comunidade Quilombola de Juazeiro-BA, uma abordagem visual*; assim como a produção da história social de Lage dos Negros, em Campo Formoso-BA, de Isabela Esteves Gomes, intitulada *A cultura de um povo que luta: uma produção audiovisual sobre a Sociologia Rural da Comunidade*

Quilombola Lages dos Negros-BA; relatórios antropológicos elaborados pelo INCRA e liberados para pesquisa; como também de produções de livros como do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), em Recife-PE, que mapeou os quilombos do sertão de pernambucano e *Quilombos de Juazeiro: Entre imagens e histórias*, da Prof^a Dr.^a Márcia Guena, UNEB, que traz a fotoetnografia das comunidades quilombolas de Juazeiro-BA; e autores que trabalham a temática, que deu subsídios para compreender a lógica de ocupação e exploração dos territórios que se localizam no Vale do São Francisco pelos quilombolas.

Há, contudo uma senda a desenvolver melhor: as práticas produtivas, sobretudo, as usuais pelas comunidades do sertão pernambucano na região semiárida. Assim, o presente estudo proposto sobre a relação do território e práticas produtivas da comunidade Caatinginha busca compreender na identificação de aspectos próprios da realidade quilombola no sertão, considerando-se que não há uma única, mas diversas realidades quilombolas, as estratégias construídas pelas famílias quilombolas de Caatinginha, no contexto do desenvolvimento territorial.

Deste modo, o presente estudo visa analisar a relação das práticas produtivas realizadas pela comunidade quilombola Caatinginha e sua relação com o território, com identificação das práticas produtivas de uso coletivo e as limitações quanto ao acesso aos recursos naturais junto às famílias quilombolas de Caatinginha, como também avaliar a solidez das relações socioprodutivas entre as famílias quilombolas de Caatinginha e das demais famílias pertencentes ao território Águas do Velho Chico.

Para tanto, a fundamentação teórica e interpretação dos dados etnográficos foram utilizados autores contemporâneos que discutem a ressignificação dos quilombos, territorialidade, etnicidade, as práticas produtivas e as relações produtivas, como Alfredo Wagner Berno de Almeida, Eliane Cantarino O'Dwery, Ilka Boaventura Leite, José Arruti e Kabelenge Munanga, Flávio Santos Gomes, Clóvis Moura para pensarmos os quilombos historiograficamente.

A trajetória metodológica utilizada para composição de dados foi através de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, aplicação de questionários e análise de documentos do INCRA, bem como anotações de campo durante a incursão na comunidade. Para, além disso, tem o passo a passo de como foi produzido o vídeo, **Narrativas e Trajetórias Negras do Velho Chico**, com duração de 10 minutos, que mostra o protagonismo das famílias de Caatinginha quanto do

Território Águas do Velho Chico.

Logo, o presente trabalho está disposto em introdução, em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, ***Territórios Quilombolas: resistência e reconhecimento***, aponta sobre a trajetória dos quilombos antigos, sua ressignificação, assim como os quilombos contemporâneos, a emergência étnica, territorialidade, e etnicidade, assim como o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas.

O segundo capítulo, ***“Ser de Caatinginha é tudo na vida”: histórico de ocupação e o Rio São Francisco***, discorrem sobre o histórico de ocupação da Comunidade Quilombola de Caatinginha, sua infraestrutura, renda e os aspectos produtivos.

Já no terceiro capítulo, ***O direito de produzir: práticas produtivas, conflitos territoriais e o Rio São Francisco***, trata sobre as práticas produtivas desenvolvidas, sua relação com o território, com o Rio São Francisco, além dos conflitos territoriais vivenciados pela comunidade e por fim as considerações finais.

MARCOS TEÓRICO

Esta dissertação está pautada em conceitos que compreender o processo de organização e das relações estabelecidas pela Comunidade Quilombola de Caatinginha no Território Águas do Velho Chico tanto na perspectiva da região do São Francisco quanto em um contexto mais amplo.

Partiu-se da problematização do conceito colonial de quilombos considerados por séculos, como locais de negros “fujões”, para uma outra perspectiva, enquanto um processo de rebelião, resistência e autonomia contra o sistema escravista, em que autores como Clóvis Moura (1993), Kabelenge Munanga (1995-96), trabalham o quilombo, como a união e reconstrução dos escravizados contra o sistema de dominação do período colonial e também podemos dizer imperial.

A valorização e resgate desses movimentos de resistência, realizados por associações negras como Movimento Negro Unificado, na visão de Aldemir Fiabani (2008), foi decisiva para a ressignificação do termo quilombo. Também a partir das discussões de pesquisadores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que através de um Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais redimensionaram o quilombo contemporâneo. Assim, como Ilka Boaventura Leite

(2000) e Almeida (2008) trazem a sua noção de quilombo como organização, luta e pertencimento, adotando outras nomenclaturas para o termo quilombo, como mocambos, terras de preto, etc., bem como outra caracterização.

Quanto à identidade quilombola, Leite (2000), coloca que a mesma vai além da relação da terra, e na visão de Frederik Barth (2000), em que define os grupos étnicos como uma organização social, em que os sujeitos se utilizam de sua identidade étnica para categorizar a si e aos outros. Nesse sentido, as comunidades quilombolas se organizam coletivamente, pelo direito a terra na construção da unidade e da solidariedade, que está interligada a questão da territorialidade.

A territorialidade definida por Paul E. Little (2002) como empenho coletivo do grupo social para ocupar, controlar, usufruir e se identificar como parte do meio que transforma o território. Na mesma percepção de Almeida (2008) defende que a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força; através dos laços solidários e de ajuda mútua, que ressalta os vínculos afetivos que nutrem a relação pela terra, indo além da produção econômica, mas dá continuidade da reprodução social e física das famílias.

Ou seja, a territorialidade está integrada à afirmação da identidade de um grupo que significa ação política, social, econômica, que se manifesta no amor pela terra, na defesa do território transformando em ações estratégicas para o seu desenvolvimento. Desse modo, as comunidades quilombolas tem uma relação territorial forte, pois é no território que se afirma e desenvolve a identidade, que se constroem estratégias de organização, em que pertencer a esse lugar é resistir e defendê-lo, onde os mais antigos passam suas vivências e histórias de geração para geração.

Por isso, o sentimento de pertença, ancestralidade, cultura deve ser levado em consideração central, e principalmente que seus direitos sejam reconhecidos. Como coloca José Maurício Arruti (1998), que o vínculo com a terra que os grupos têm, não passa por um estilo de vida genérico que depende de uma terra genérica, mas de grupos territorializados, que estão ligados histórica e geograficamente e de forma coletiva.

A emergência étnica das comunidades quilombolas em regularizar os territórios a partir do Artigo 68 da ADCT, e também do Decreto 4.887/2003 que regulamenta o processo de titulação desses territórios na garantia de direitos do acesso à terra também se desenrola dentro desse quadro. Na análise de Alfredo Wagner de Almeida (2011), o Artigo 68 inverte os valores quanto aos quilombos quando comparado com

a legislação colonial, classificando o quilombo como crime, passando a categoria de autodefinição, com o intuito de reparar os danos causados aos quilombolas e os mesmos de acessar seus direitos.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O estudo em destaque é de natureza científica dialógica e contextualizada, principalmente extensionista, e tem como finalidade de produzir novos conhecimentos sobre a realidade social da comunidade Quilombola Caatinginha, bem como reconhecer saberes e fazeres existentes e resistentes. A metodologia está balizada numa abordagem qualitativa, de natureza descritiva e explicativa, tendo por eixo o estudo de caso, incorporando os princípios básicos da pesquisa participante (BRANDÃO; BORGES, 2007; HOCDE, 1999; VERGARA, 2010) e pesquisa militante (JAUMONT; VARELLA, 2016).

Destaque-se este trabalho também desenvolveu-se junto ao NEAFRRAR. O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) tem oportunizado que estudantes da Univasf possam participar de ações extensionistas. Nesse sentido, Projetos como “Quilombos, Fundo de Pasto e outras comunidades primordiais do São Francisco: narrativas, memórias e vivências numa perspectiva extensionista” do Núcleo de Estudos Étnicos e Afro-Brasileiros Abdias Nascimento – Ruth de Souza (NEAFRRAR) – em parceria com o PPGExR – tem contribuído na discussão dos territórios, identidade, territorialidade dentro e fora da UNIVASF, na promoção de seminários, cursos, e pesquisa nas comunidades quilombolas e de fundo de pastos na região do Vale do São do Francisco.

Nessa perspectiva, o estudo busca entrosar a análise minuciosa, de caráter técnico e científico ao diálogo horizontal e interlocução com parceiros da pesquisa, compreendendo suas práticas produtivas e sua relação com o território na perspectiva do desenvolvimento sustentável da sua população a partir de suas vivências e não de quadros apriorísticos estanques.

De acordo com Antonio Carlos Gil (2008), esse método assinala um estudo denso de um ou mais sujeitos, que permite um conhecimento mais amplo e detalhado do sujeito em destaque. Robert K. Yin (2005) analisa o estudo de caso como uma estratégia metodológica nas pesquisas de ciências sociais, que permite ao pesquisador buscar e se aprofundar em relação ao elemento observado mostrando

quais as matizes difíceis de serem vistas a olho nu. Essa técnica tem uma visão ampla sobre os fatores da vida real, com destaque para a investigação empírica dos fatos contemporâneos.

Quanto à natureza do estudo descritiva é importante, pois permite evidenciar as características de um determinado grupo, no caso a Comunidade Caatinginha, como também estabelecer um encadeamento entre as variáveis e na definição da natureza. A pesquisa explicativa nos permite conhecer a realidade, pois explicam os fatos, o porquê das coisas de um determinado grupo, por isso é considerado o tipo mais difícil e cuidadoso.

A abordagem qualitativa trata de valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. E busca aprofundar os fatos, ações particulares e específicas de grupos que são capazes de serem compreendidos densamente. (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247). Essa abordagem é importante também, porque, além dos dados quantitativos pesquisados sobre a comunidade quilombola Caatinginha, a dimensão qualitativa tem um cunho subjetivo que permite ouvir dos atores – subjetivo porque dos sujeitos –, o não dito “verbalmente”, mas expresso na linguagem corporal, quando da entrevista.

A pesquisa ocorreu na comunidade quilombola de Caatinginha, situada no município de Orocó (PE), conforme (Figura 1), semiárido pernambucano, a 18 km da sede. A presente localidade faz limite com os municípios de Cabrobó e Orocó, com as comunidades de Remanso, Mata de São José e do vilarejo Toco Preto. Caatinginha compõe o Território Águas do Velho Chico, território reivindicado no INCRA, juntamente com as comunidades de Remanso, Mata de São José, Umburana e Vitorino. É a única comunidade das cinco que formam o território que fica distante do Rio São Francisco.

Em Caatinginha residem 100 (cem) famílias que possuem grau de parentesco, que se identificam como quilombolas. Na comunidade Caatinginha existem dificuldades de acesso à renda, tendo como complemento de renda ou mesmo renda principal, o Programa Bolsa Família, ou quando trabalham nas propriedades privadas no entorno da comunidade e do território.

Figura 1 – Mapa do Sertão do São Francisco.



Fonte: SIGAS–PE, 2018.

Para a produção de informações foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos chave que residem na comunidade, que possibilitou conhecer mais a realidade vivenciada dentro e fora de Caatinginha, como também do Território Quilombola Águas do Velho Chico. Isso só foi possível mediante liberação do Comitê de Ética, que ocorreu em junho de 2019, com Parecer Consubstanciado n.º **3.387.903** (Anexo A), onde a incursão na comunidade que se deu entre agosto de 2019 a dezembro de 2019.

A qualificação da pesquisa ocorreu em janeiro de 2020, em que foi aprovada a continuidade da mesma, com alguns ajustes que foram fundamentais para organização do trabalho. O retorno á campo estava programado para após o feriado de carnaval, para continuidade da coleta de dados, assim como a gravação do vídeo, que faz parte do produto final que será mais bem detalhado mais adiante.

Porém, a sociedade mundial foi surpreendida pela pandemia da Covid-19, em 2020, por uma forte crise sanitária, que parou tudo. A população ficou refém de um vírus e foi necessário reprogramar as ações que estavam previstas para serem realizadas para concluir a pesquisa. Nesse sentido, durante os meses de junho e julho de 2020 aplicou-se um questionário para traçar o perfil da comunidade, pelo aplicativo da internet, Google Forms³, para facilitar e avançar na análise dos dados.

³ É um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o

Durante minha permanência em campo, antes da pandemia, utilizei outra estratégia metodológica da observação participante que vai além do abrir os olhos (VERDEJO, 2006), possibilitando estabelecer um convívio com as famílias e assim proporcionar uma maior aproximação e interlocução entre o pesquisador e a comunidade. Otávio Cruz Neto (2002, p. 59) afirma que, a observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o universo em questão para entender a realidade dos sujeitos e seus contextos de vida.

Os documentos cedidos pelo INCRA, como planilha de acompanhamento dos processos existentes, relatórios de atividades, cadastros, fonte utilizada e fundamental para o estudo em epígrafe que serviu para conhecer como se constituiu o processo de regularização fundiário e em que momento está tal demanda. O Território Águas do Velho Chico já possui relatório antropológico, porém, ele é um documento que está em sigilo, pois o processo ainda está em andamento e para preservar as famílias que se encontram dentro do Território Quilombola (TQ).

Como coloca Luciana da Silva Ferreira (2018), em sua tese de doutorado, que diz que os documentos são importantes fontes de produção, para fazer uma correlação entre o tempo e a espacialização dos processos, das decisões e das estratégias que são traçadas dentro do órgão. Para tanto, os atos de olhar e ouvir, como coloca Roberto Cardoso de Oliveira (1988), é fundamental para uma interpretação e compreensão equilibrada do contexto que está inserida a comunidade. O olhar e ouvir andam juntos no exercício da investigação.

A pesquisa de campo é importante, pois através dela se conhecem as realidades vivenciadas. Para Bronislaw Malinowski (1984) descrever sua rica experiência de campo como Kula, traçou um plano para se inserir na realidade empírica. Ou seja, o pesquisador não deve ir a campo sem ter uma preparação científica e ética adequada sobre a importância da observação participante para além das técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina evidências. (MINAYO, 2011, p. 71)

Nesse processo de engajamento junto às comunidades quilombolas foi possível deparar com diversas realidades ora com envolvimento nos processos, ora deixando as comunidades serem protagonistas de sua própria história. Assim, na pesquisa militante (JAUMONT; VARELLA, 2016), é importante o exercício de se

pensar a bagagem da academia em interface com as práticas dos sujeitos do universo em questão. Logo, foi fundamental o compartilhamento de idéias construídas ao longo da caminhada para contribuir no processo de construção, e sistematização das representações da realidade em destaque.

A pesquisa militante me fez entender a importância de alinhar a teoria com a prática, pois durante toda minha caminhada profissional foi desenvolvida no campo da extensão rural, onde colaborei com processos de formação com os sujeitos do campo, como mulheres agricultoras, pescadoras; com temáticas importantes para o desenvolvimento das comunidades rurais como agroecologia, acesso à água, comercialização (PAA⁴ e PNAE⁵), e atualmente, com a regularização fundiária dos territórios quilombolas – INCRA.

Por isso, ouvir cada depoimento feito nas entrevistas é entender como cada uma delas enxerga Caatinginha. É uma ampliação e reconfiguração no compreender como a comunidade se constituiu enquanto grupo étnico, como se organiza socialmente, político, econômico e culturalmente, o desenvolvimento de suas práticas produtivas e a concepção de território, assim como o respeito pelo rio São Francisco e os conflitos em que estão inseridos.

Para tanto, foi preciso examinar as informações levando em consideração, a sistematização das entrevistas, os questionários, a observação de campo, e análise documental. O tratamento dos dados foi importante, para fazer uma triangulação (TRIVIÑOS, 1987), uma técnica que tem diferentes formas de análise. Como colocada, pelo autor, a triangulação:

(...) tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. (TRIVIÑOS, 1987, p. 38).

⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Nessa perspectiva, a triangulação levará em consideração três momentos para analisar os dados coletados, a saber: os processos em que a Comunidade está inserida; os elementos produzidos por Caatinginha; e as práticas produtivas desenvolvidas. Para tanto, as informações foram conferidas de acordo com a literatura relacionada com a temática com o intuito de avaliar o contexto estudado. Por fim, a pesquisadora tem o compromisso e responsabilidade de compartilhar com os participantes desta pesquisa, os resultados gerados do estudo.

A participação nesta pesquisa foi balizada pelas normas legais e éticas, contudo a/o participante poderia desistir a qualquer momento. Nesse sentido, houve preocupação por parte da pesquisadora em evitar desconfortos nos participantes, seja na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural do ser humano, e não só atentar a aspectos que pudessem prejudicar a coleta dos dados, mas priorizando o bem estar presente e futuro das pessoas.

A pesquisa pode trazer benefícios importantes para a comunidade como a valorização interna e externa de suas práticas produtivas e demais saberes culturais produzidos pela comunidade, a elevação da autoestima de sua história, de identidade étnica, a valorização do território e do conhecimento.

PRODUTO FINAL

O vídeo, **Narrativas e Trajetórias Negras do Velho Chico**, tem duração de 10 minutos, e foi idealizada e construída coletivamente, através do olhar e do sentimento que cada participante tem com sua comunidade e pelo território. Para tanto, ocorreu uma grande articulação e mobilização, para elaboração e obtenção do resultado final do produto.

A elaboração do produto final no PPGExR é o resultado da pesquisa desenvolvida com foco na produção tecnológica e objetivando o compartilhamento e o avanço do conhecimento para além do público acadêmico em um sentido mais intensivo. É fundamental, pois como se trata de um mestrado profissional, podem-se utilizar ferramentas que já se usa no desenvolvimento de nossos trabalhos.

Na extensão rural, as metodologias participativas são um instrumento metodológico que fortalece as ações desenvolvidas nos processos de organização, construção do conhecimento, nas relações sociais, na valorização dos saberes, na troca de experiências, para garantir a participação dos sujeitos envolvidos, visando o

seu protagonismo.

Então, nessa construção do vídeo, em plena pandemia (2020), fiquei impossibilitada de realizar reunião presencial com a Comunidade Caatinguinha, para discutir sobre o que se pretendia, com esse documentário. A partir da oficina realizada sobre o produto final realizada pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado que tratam sobre a temática de extensão rural e agroecologia, a preocupação que estava latente foi se transformando em solução. E minha ancestralidade gritou mais forte que resultou numa conversa com Alexandre Pereira, liderança de Caatinguinha, pelo Whatsapp⁶, apelidado popularmente de ZAP.

Na abordagem sobre a proposta do vídeo, Alexandre observou logo, que as atividades desse cunho deveriam ser dialogadas com os demais integrantes da Comissão do Território Águas do Velho Chico, pois “a gente não é só Caatinguinha, é Território” (relato de Alexandre Pereira). E sua fala martelou e martelou durante alguns dias. E o que fazer? Eu me questionei como seria essa produção.

Então, recorri aos recursos tecnológicos que tomaram de conta de nossas vidas, nesse momento de pandemia, como ZAP, e outros canais de reunião, como meet⁷. Enviei uma mensagem para o Zap de todos os integrantes da Comissão que tem em minha agenda, falando sobre a proposta do vídeo para o Mestrado. Joabe Pereira, liderança quilombola, me respondeu rapidamente que topava o desafio e que era preciso marcar, com os demais integrantes da Comissão. Desafiante, palavra que nos define nesse processo de construção coletiva.

Assim, foi agendada uma reunião online com os membros da Comissão. Foram realizados dois encontros virtuais. O primeiro momento foi para explicar a proposta e sua importância como também o roteiro de captura de imagens e depoimentos. As lideranças acharam difícil, porém importante o desafio. Eles não só ouviram, mas colocaram suas idéias e a proposta foi ganhando um contorno, com a definição do próprio território. Nesse momento, ficou latente o protagonismo dos quilombolas, que era o desejo nessa etapa tão desafiante.

⁶ O nome é a junção do termo “What’s up?”, que significa algo como “o que está havendo?” ou “o que está rolando?”. Além disso, para escolher o nome do programa, eles aproveitaram a sonoridade da palavra “app”, que soa similar a “up” (para cima) e é a abreviação de “application program” (aplicativo).

⁷ O [Google Meet](#) é uma plataforma do Google que permite aos profissionais fazerem reuniões online, tanto pelo computador quanto por dispositivos móveis. Na prática, a solução conecta quem está no escritório com profissionais de outras unidades, funcionários em home office e clientes. Tudo isso de modo simples, sem ter a exigência de equipamentos adicionais ou a necessidade de contratar um serviço de videochamadas para os usuários.

Foi listado o que seria interessante aparecer no vídeo, como fotos, imagens, e principalmente os depoimentos de lideranças e membros das comunidades que formam o Território Águas do Velho Chico. É importante destacar que as mulheres são as líderes desse território, além de serem jovens.

Nesse sentido, contou-se, com o Pequeno guia de gravação no celular (anexo), que fora elaborado por Catarina de Angola, jornalista e comunicadora popular, para nos ajudar na captura do melhor ângulo das imagens e captação de áudio.

No segundo momento, a reunião foi com um público menor, apenas com a participação das líderes Ingredi Alves e Jacielma Santos (primeira vereadora quilombola de Orocó-PE), pois os demais estavam em meio à campanha eleitoral. Porém, as lideranças se comprometeram em convocar mais uma vez os demais. E cerca de dois ou três, justamente na semana anterior as eleições municipais de 2020, as fotos chegaram, os depoimentos, e tudo com muito cuidado e zelo. As idéias que surgiam, eram enviadas e dialogadas conjuntamente com a Comissão, e assim chegamos a uma definição comum.

A construção coletiva me fez voltar no tempo, pois faz parte do meu processo de formação enquanto extensionista, muito desenvolvido nas organizações e nos movimentos sociais. Nesse sentido, é importante que o conhecimento do extensionista esteja alinhado com as populações rurais. É necessário, para que o processo de escuta, de observação, de percepção seja de igualdade e participativa, junto aos grupos, como por exemplo, os quilombolas tão invisibilizados em suas histórias e narrativas negras e o quão desafiador e gratificante essa construção.

CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA E RECONHECIMENTO

*“A terra é o meu quilombo,
o meu espaço é o meu quilombo.*

*Onde eu estou,
eu estou,
quando estou eu sou”*

(Beatriz Nascimento).

1.1 A ressignificação dos quilombos

A trajetória dos africanos e negros escravizados trazidos para o Brasil durante o período colonial e imperial marca a resistência e a revolta contra esse sistema que o categorizou na condição de cativo e o deixou invisível perante a sociedade e a legislação brasileira enquanto sujeito de direitos. O escravismo brasileiro tem uma característica própria, pois foi o último país da América e do Ocidente a abolir a escravidão. E o sistema escravista se institucionalizou dentro de todo o território nacional, em que sua continuidade estava pautada nos interesses econômicos subordinados ao mercado externo, enquanto países como Peru e Colômbia o sistema escravista fora regionalizado (MOURA, 1993, pág. 05).

Marcados pela revolta utilizaram mecanismos de fuga, que dava para o mato ou mesmo próximos das cidades, mas longe dos senhores, onde formaram quilombos, espaço de liberdade, longe da violência em seus corpos, da exploração de sua força de trabalho, onde podiam viver para si próprios. Flávio Gomes (2015) destaca que existiram quilombos coloniais, além de Palmares, considerado o mais famoso e referência de quilombo antigo. Esse movimento de fuga como coloca Edison Carneiro (2001) foi negado pela dita sociedade oficial que oprimia os negros escravizados, eliminando ou estigmatizando a sua língua, sua religião, os seus estilos de vida.

Ao longo da história, o termo quilombo passou por várias interpretações, sendo visto como abrigo de negros fugidos, pela historiografia conservadora, por se rebelarem contra o sistema escravista. Ou como a união dos escravos fugidos para

protestar contra as condições de exploração e maus tratos e comerciais que estavam sujeitos, descrito por Clóvis Moura (1993).

Gomes (2015) explica que desde as primeiras décadas da colonização no Brasil, as comunidades ficaram conhecidas como *mocambos* e posteriormente como *quilombos*. As palavras *mocambos* e *quilombos*, segundo o autor, foram termos usados pela administração portuguesa, para caracterizar tanto as táticas militares na África pré-colonial, como aquelas de resistência à escravidão na América portuguesa (GOMES, 2015, p.11).

Para Carneiro (2001), o quilombo reafirmava a cultura e o estilo de vida dos africanos, sua organização social estava próxima do tipo dominante dos Estados africanos, sendo uma forma de expressar a rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de reparar os valores antigos. Antonio Bispo dos Santos (2015), também afirma que no período colonial e imperial as comunidades foram denominadas pelos colonizadores como *Mocambos*, *Quilombos*, *Retiros*, etc, e consideradas pela legislação vigente como organizações criminosas.

Os quilombos sempre estiveram à margem da sociedade. Ocorria na busca pela liberdade, pois queriam a liberdade a qualquer custo. Porém, não estavam totalmente isolados, como representava uma ameaça para o comércio, mas viveram por um fio. Flávio Gomes (1996), afirma que os quilombolas escolhiam locais geograficamente estratégicos onde pudessem constituir suas relações de trocas comerciais, com atravessadores, que dialogavam e desenvolviam outras práticas como roubos, guerrilhas, como tática econômica para garantir seu sustento.

Na visão de Kabengele Munanga (1995-6), a concepção do quilombo é uma reconstrução dos escravizados contra a estrutura escravocrata que foi implementada por uma composição política onde estavam os oprimidos, que se organizavam para as fugas e ocupavam o território brasileiro não povoado, ou seja, os quilombos ficavam em locais relativamente isolados, como até hoje muitas comunidades quilombolas ainda vivem, e se transformaram em campos de resistência e existência.

Durante muito tempo, o conceito de quilombo ficou congelado (ALMEIDA, 2011), conforme a descrição feita pelo Conselho Ultramarino de 1740, que *“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”* (CONSELHO ULTRAMARINO, 1740, *apud* ALMEIDA, 2011, pág 49). Essa definição influenciou estudiosos renomados e perdurou até a década 70 (SCHMITT; TURATTI;

CARVALHO, 2002).

No entanto, estudiosos como Almeida (2011) fizeram uma crítica sobre o termo quilombo descrito pelo Conselho, em que listou cinco elementos, como a fuga; a quantidade mínima de fugidos; o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma natureza “selvagem” que da chamada civilização; a moradia; e o autoconsumo e da capacidade de reprodução. Esses elementos destacados, por Alfredo Wagner, reforçaram conceitos que perduram tanto no acadêmico, como no senso comum da sociedade.

Sobre o pilão, expresso na (figura 2), Almeida (2011) coloca que é um instrumento de transformação do alimento, como o arroz colhido representando tanto o autoconsumo como a capacidade de reprodução. Interessante que essa figura 2, foi tirada, durante a pesquisa de campo em Caatinginha, na casa de um dos entrevistados e chamou atenção, pois em muitas casas do interior possuem um pilão, que serve para pilar a paçoca, o arroz e o milho. O autor frisa a partir de uma pesquisa sobre conflitos que envolviam famílias camponesas, que concebiam as unidades familiares de trabalho e de consumo. E que a simbologia do pilão revela as relações do grupo com os comerciantes, que estão nos mercados rurais quando na sua contradição com a grande monocultura (ALFREDO WAGNER DE ALMEIDA, 2011, pág. 60).



Figura 2 – Pilão, Instrumento de transformação do alimento.
Fonte: Registrado pela autora, Comunidade Caatinginha, 2019.

Eliane Cantarino O'dwyer (2002) também explica que a expressão quilombo foi utilizada pelos historiadores e demais profissionais, que buscam novas interpretações sobre o passado. Assim como, Leite (2000) afirma que o quilombo estabelece um marco importante sobre os primeiros passos da resistência do escravismo no Brasil e seu retorno acontece durante a redemocratização do país.

Para o Estado brasileiro, o termo quilombo, é categorizado juridicamente, usado a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no intuito de garantir definitivamente a propriedade às comunidades negras rurais que vem de trajetória histórica própria, das relações com território tal qual ancestralidade negra pautada com o período escravista e seus desdobramentos.

Os quilombos formados ao longo da caminhada ganharam as matas, os rios, os recursos naturais existentes no território brasileiro, e fora adquirindo através de acordos e tratados pelo colonizador, que sempre se privilegiou da escravidão que gerava lucro através da venda e compra de escravos; da expansão comercial, proporcionada pela ocupação territorial.

A organização dos quilombos era de trabalho comunitário, de respeito pela terra, que permitiu o desenvolvimento de uma produção livre e autônoma, estabelecendo redes de solidariedade entre si e com outros grupos. A base da economia era agricultura, e da criação de animais, caracterizada pela produção diversificada, para garantia do sustento de todos do quilombo. Palmares foi o quilombo pioneiro que desenvolveu essa organização que outros copiaram, e ampliaram a sua forma de organizar a sociedade que ali se formava.

O mercado sempre determinou a forma como deve ser conduzida a sociedade. Os grandes latifúndios foram estabelecidos no Brasil, pautados no trabalho escravo, na monocultura e na expansão comercial, que proporcionaram o enriquecimento dos grandes proprietários. A prática de trato com a terra estabeleceu relação de respeito e de defesa por ela, mas que não lhe garantiu ter direito sobre ela, como aconteceu com os colonizadores.

A ocupação do solo brasileiro, como destaca Ruy Cirne Lima (1990), transportou a propriedade imensurável do território, tanto para o alto escalão do rei quanto para a Igreja, de acordo com as leis portuguesas. E o sistema de sesmaria foi o tronco que ramificou com a propriedade imóvel dando origem aos primeiros regimes de terras, que vão desde a concessão das sesmarias até a Lei de Terras de 1850, onde a terra se torna mercadoria.

De acordo com Arruti (2007), a Lei de Terras (lei n.º601, de 1850) dava ao Estado poderes para dispor das terras devolutas para serem vendidas e assim exigisse que se efetuasse a medição, divisão e demarcação das terras, ao tempo que impedia sua aquisição que não fosse por meio de compra, ou seja, concentrar e legitimar as terras. No Art. 3º, § 1º, da Lei N.º 601, de 18 de setembro de 1850, são “*as que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, e nem foram aplicadas ao uso público nacional, provincial ou municipal*”.

O que se percebe nessa concentração de terras seja público, privadas e devolutas legitimou e excluiu o direito ao acesso a terra, que ficou mais distante para os quilombolas, pois os processos de Discriminação e regularização tiveram início com a República e com a transferência dos direitos sobre as terras devolutas aos estados da Federação (ARRUTI, 2007, pág.252).

Segundo Ilka Boaventura Leite (2000) os processos de expropriação da terra deram forças ainda maiores para as desigualdades, exercendo e controlando as regras que definem quem tem direito para se apropriar. A primeira lei de Terras de 1850 já excluía os africanos e seus descendentes brasileiros, categorizados como “libertos”. E atingidos pelo racismo, arbitrariedades e violência contra sua cor da pele, os negros foram expulsos ou removidos de seus locais que foram escolhidos para viver, ainda que a terra fosse comprada ou herdada dos antigos senhores que constatado no testamento registrado em cartório. Para eles a apropriação desse espaço passou a ter um significado forte de luta.

Nesse contexto, a forte concentração de terras pelos grandes proprietários geram conflitos, violências, onde as populações do campo são reféns, pois vêem seus territórios invadidos, explorados, mais recentemente em nome do desenvolvimento que desrespeita a identidade, a territorialidade dos povos tradicionais.

1.2 Aos Remanescentes de Quilombos Reconhecidos

O sistema escravista e o pós-abolição contribuíram para que as comunidades quilombolas ficassem invisibilizadas durante séculos, tendo que enfrentar o racismo, a intolerância, a discriminação e opressão. Para essa população foi um processo árduo, todos os seus direitos foram negados, inclusive o de existir. O quilombo fora adotado pelo movimento negro, no decorrer do século XX, como símbolo de resistência, vida, cultura, para lutar por igualdade e por direitos negados.

Porém, as comunidades quilombolas emergem decisivamente com a ascensão da luta do movimento camponês brasileiro por reforma agrária no processo de redemocratização com o esgotamento da Ditadura Militar, tendo como base o termo terras de preto (ARRUTI, 2001). A emergência para recuperar fez parte da mobilização do movimento negro, que integrou o debate do reconhecimento dos direitos. Para tanto, era necessário que houvesse a ruptura do conceito de quilombo que ainda eram vistos como meros espaços de fuga, para lugar de organização, de luta, do uso coletivo das áreas comuns e da relação com a terra e com sua identidade, que está vinculado ao sentimento de pertencimento.

Em 1988, a Constituição Federal, entra em vigor, como explicitados nos artigos 215⁸ e 216⁹, e através do Art. 68, as comunidades remanescentes de quilombos são reconhecidas perante o Estado: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos*”.

Assim, o Estado teve a obrigação de cumprir o que estava previsto na Carta Magna e atender a demanda dessas populações. No sentido, de ajudar a compreender o que a CF/1988 instituiu, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) afirma que:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupo e isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos num determinado lugar. (DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS ENCONTRO REALIZADO EM 17/18 OUTUBRO DE 1994 - ABA/RIO DE JANEIRO).

⁸ **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

⁹ **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É importante frisar que essa denominação feita pela ABA sobre o termo quilombo foi para desmistificar o que fora contado e apresentado para a sociedade brasileira durante longos séculos. Porém, a realidade se mostra diferente do que está ainda no imaginário de quem visita ou idealiza as comunidades quilombolas, achando que o quilombo descrito na literatura continua igual. Nas comunidades quilombolas, assim como em outros territórios dos povos e comunidades tradicionais existe vida, resistência determinada naquele lugar e os mesmos são sujeitos de direitos.

Ilka Boaventura Leite (2000) também discorre que a noção de quilombo é uma forma de organização e de luta, de espaço de pertencimento que perpassa por várias gerações. E o quilombo da atualidade significa um direito que deve ser reconhecido e não apenas um passado a ser recordado. Trata-se de uma pauta política nacional que envolve Estado, políticos, pesquisadores, militantes e principalmente os quilombolas são os protagonistas desse cenário. E nesse sentido, outras nomenclaturas foram adotadas para o termo quilombo, como “terras de preto, mocambos, comunidades negras, quilombos”, dentre outras (ALMEIDA, 2008)

A identidade quilombola vincula-se em particular ao sentimento de pertencimento, para além, do núcleo familiar imediato. Antes há um processo em que laços identitários marcados nas comunidades, para além do parentesco e da consanguinidade, ou seja, pautada de acordo com as vivências experienciadas e compartilhada pelos grupos, na solidariedade de suas práticas sociais, produtivas, na relação com os recursos naturais. A afirmação da identidade quilombola vai além, da relação com a terra, mas de reconhecê-lo como cidadão, “com direitos e não apenas deveres.” (LEITE, 2000). Na visão de Barth (2000), os grupos étnicos são uma forma de organização social, em que os atores têm como finalidade de utilizar as identidades étnicas para categorizar a si e aos outros.

Os quilombolas se organizam como comunidade através de ações coletivas, lutas comuns e representações que são fundamentais e estruturais tornando-se um grupo diferente do que fora definido pela sociedade. A unidade e a força presentes entre as comunidades quilombolas são constituídas por uma rede de relações e partilhas que cada vez mais se tornam grupos mobilizados e articulados. Nessa perspectiva, a luta pelo direito à terra faz parte de construção de unidade e solidariedade, que se relaciona com a questão da territorialidade.

É importante ressaltar que os vínculos de afetividade que as comunidades quilombolas nutrem em relação a terra vai além da produção econômica, e sim de

continuidade da vida social e física das famílias que ali vivem. Como define Little (2002), que territorialidade como empenho coletivo de um grupo social que decide ocupar, ter controle, usufruir e se identificar com uma parte específica de seu ambiente biofísico, que se transforma em seu território. Almeida (2008) defende que:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob a acepção corrente de “terra comum” (ALMEIDA, 2008, pág. 133-134).

As comunidades quilombolas têm uma relação territorial especial e forte, pois é no território que se afirma a identidade, onde sua história está sendo compartilhada por várias gerações, sem o olhar individual, mas coletivo. A identidade e o pertencimento são constituídos no território como estratégias de organização. Ou seja, não dá para separar a identidade, experiência e visão quilombola e o território quilombola. Por isso, as comunidades resistem e defendem seus territórios de forma tão determinada.

Milton Santos (2011) defende que o território é o lugar onde estão todas as ações, paixões, os poderes, as forças e fraquezas, ou seja, onde a história de homens e mulheres se realiza inteiramente a partir de demonstrações de sua realidade. Em que essa terra é vendável, mas o território é chão, vida. Por isso, uma vez os territórios quilombolas titulados, como determina o Art. 24 da IN 57/2009, que:

[...] a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.

Tal determinação disposta no Artigo 24 do normativo é para proteger as famílias quilombolas impedindo-as de transfirem ou empenhorem, permanecendo em seus territórios que não é qualquer território, que apresentam interesse por um lugar definido e delimitado em gerações, onde o sentimento de pertença, ancestralidade, cultura seja levado em consideração, e principalmente que os direitos sejam reconhecidos.

1.3 A Legislação e os Territórios Quilombolas

A invisibilidade da população negra perdurou por séculos, em que foi negado o direito de ser cidadão, sendo discriminados e rejeitados, com sua mão de obra mais barata do mercado. Como diz a letra da música, “*A Carne*”¹⁰, que faz uma crítica ao racismo e a estrutura social, em que o negro é menos importante na sociedade brasileira. Assim, para terem seus direitos reconhecidos e visibilidade, a luta pela terra foi o ponto determinante para as comunidades quilombolas garantirem a sua permanência nos milhares de territórios espalhados pelo Brasil a fora.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), apesar da inserção do Artigo 68 da ADCT ficou durante muito tempo com seus efeitos paralisados, por não terem estabelecidos normativos para regulamentar a proposta de garantia de direitos ao acesso à terra pelas comunidades quilombolas. Nessa esteira, após os debates ganharem força nos espaços de discussões em todo Brasil, normas jurídicas e legislativas foram encontradas para colocar em prática essa determinação da Carta Magna.

É importante destacar que está em curso tanto na academia quanto no debate público uma ruptura reivindicada já algum tempo, para que os remanescentes de quilombos deixem de ser representados como resíduos de um passado longínquo e pensá-los como sujeitos de direitos, que reivindicam não apenas a regularização de território, mas do reconhecimento de si como quilombola.

O Estado deveria ensejar reparação dos danos causados pela escravidão e negligência republicana. E também uma emergência das comunidades quilombolas em regularizar seus territórios junto à atuação e pressão dos movimentos articulados teve como um dos seus principais resultados a normatização do Decreto 4.887/2003, um instrumento legal e administrativo que regulariza as terras de quilombos, definindo as responsabilidades dos órgãos governamentais através do comitê gestor¹¹, com procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação

¹⁰ Composição de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti. Interpretada por grandes cantores como Elza Soares e Chico César.

¹¹ O comitê gestor é formado pela I – Casa Civil da Presidência da República; II – Ministérios: da Justiça; da Educação; do Trabalho e Emprego; da Saúde; do Planejamento, Orçamento e Gestão; das Comunicações; da Defesa; da Integração Nacional; da Cultura; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Agrário; da Assistência Social; do Esporte; da Previdência Social; do Turismo; das Cidades; III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; IV - Secretarias Especiais da Presidência da República: de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; de Aquicultura e Pesca; e dos Direitos Humanos.

das terras ocupadas pelos quilombolas.

Para regulamentar a política de regularização fundiária que fora instituída que desse suporte na execução, foi publicada a Instrução Normativa 57/2009, que orienta administrativamente o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Com essa norma as etapas para a elaboração do Relatório Técnico ficaram mais compreensivas.

Essa ação era de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares (FCP), que tanto emitia a declaração de comunidade remanescente de quilombo, como de regularizar os territórios. Porém, essa missão foi transferida para o INCRA, que assumiu um papel importante, como reformulou a legislação, com várias instruções internas para executar a ação, até a consolidação da IN 57/2009.

Anteriormente, ao normativo citado acima, o Decreto 3.239/2001 foi regulamentado para que o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos fosse reconhecido, delimitados, demarcados, tituladas e ter registro imobiliário das terras por eles ocupadas, e como responsável a FCP, para iniciar, dar seguimento e concluir o processo. Porém, esse decreto levava em consideração ao reconhecimento das propriedades que já eram ocupadas por quilombos em 1888 ou que estavam ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos em 05 de outubro de 1988, deixando de fora todos os quilombos contemporâneos.

Atualmente, a Fundação Cultural Palmares contribui no cadastramento geral dos remanescentes de quilombos com a emissão da certidão de autodeclaração como quilombola. É uma ação importante para que as comunidades negras rurais possam se autoidentificar como quilombola. Outras políticas também foram pensadas para que as comunidades pudessem exercer seus direitos, como educação, saúde, pois antes do decreto quando era realizado de forma isolada, cada setor tinha suas ações.

Com o fortalecimento de reconhecimento de direitos, através da promulgação da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, na parte II – Terras, nos artigos 14 e 15 se estabelece o reconhecimento dos direitos de propriedade e posse das terras ocupadas tradicionalmente, e que seus recursos naturais devem ser protegidos. Assim, os povos foram ganhando mais força para ter seus direitos garantidos, em seus territórios e na proteção dos recursos existentes. Porém, a realidade se desenharia de forma diferente, pois os ataques aos seus territórios avançaram cotidianamente, seja pela

ausência e omissão do Estado, projetos estatais unilaterais ou pela pressão ou grilagem de grandes empresas privadas que interferem no modo de vida dessas populações.

A consolidação dos direitos foi instituída na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, através do Decreto 6.040/2007, incorporando princípios: I – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos PCTs; II - dar visibilidade aos PCTs; III – garantir a segurança alimentar e nutricional, com acesso regular e permanente; IV – acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da PNPCT; V – o desenvolvimento sustentável como promotor da melhoria da qualidade de vida; VI - a pluralidade econômica, socioambiental e cultural com interação nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas; VII – promover a descentralização e transversalidade das ações e da participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução da política em todas as instâncias governamentais; VIII – reconhecer e consolidar os direitos; IX – articulação com as demais políticas públicas; X – fazer controle social; XI – articular e integrar o Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; XII - garantir formação; XIII – erradicar todas as formas de discriminação, no combate à intolerância religiosa; XIV – preservar os direitos culturais.

Todos os princípios acima citados são basilares na garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais. No entanto, vale destacar que no âmbito da extensão rural, o princípio IV importante para o desenvolvimento das ações extensionistas, que muitas vezes com o afã de levar suas propostas, esquece-se de utilizar uma linguagem acessível e desconhecem as políticas destinadas para essas populações. A prática extensionista deve ser pautada na valorização do saber e fazeres das comunidades, no conhecimento prévio da população que se vai trabalhar e buscar utilizar metodologias participativas para garantir a participação e compreender as realidades vivenciadas pelas populações do campo, das florestas e das águas.

Nesse processo de regularização fundiária, os antropólogos têm um papel importante, pois contribuem na elaboração de relatórios técnicos para a defesa dos territórios quilombolas. E com avanço nessas discussões, reflexões e ações voltadas para essa população, há dentro da comunidade dos antropólogos um grupo que compõe hoje uma rede que dinamiza o serviço quilombola administrativamente, dentro

do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). É importante ressaltar, que a construção do relatório antropológico é um trabalho articulado entre os antropólogos e as comunidades quilombolas que são os principais sujeitos, ou seja, os protagonistas, que detém suas memórias e desejos de suas histórias de vida e de seu território (ARRUTI, 1998).

Com a regulamentação dos normativos legais para regularização dos territórios quilombolas, os números de comunidades quilombolas têm crescido muito, pois antes não se “sabia” da parte do Estado onde os quilombolas estavam, nem como viviam. As comunidades estão espalhadas por todo o território brasileiro.

Existem Estados que tem uma concentração maior de comunidades quilombolas, sejam rurais ou urbanas, que sofrem por não terem seus territórios regularizados, recursos naturais que dispõem são invadidos, por não poderem praticar sua religiosidade tendo sua cultura desrespeitada.

Segundo dados da FCP, até 2002, antes da publicação do Decreto 4.887/2003, já haviam sido identificadas **743** comunidades e em 2020, encontram-se certificadas **2.798**¹² comunidades quilombolas. Esse cenário de articulação e força é amparado também por sua organização nos Estados em que existem comissões estaduais e municipais que contribuem para o levantamento das demandas e necessidades reais e se fortalecem com o apoio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

No intuito de desenvolver ações para as comunidades quilombolas, o governo federal através do Decreto 6.261/2007, instituiu naquela oportunidade uma Agenda Social Quilombola dentro do Programa Brasil Quilombola (PBQ). O Programa foi lançado em 2004, com o intuito de consolidar o marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, agrupando ações voltadas às comunidades em várias áreas, como acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania.

Desse modo, o Estado de Pernambuco também instituiu a Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, através do Decreto nº 38.960/2012, em que o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (ITERPE) tem a responsabilidade de identificar, delimitar, demarcar e titular as áreas de terras ocupadas por quilombolas,

¹² Dados da Fundação Cultural Palmares datados de 29 de outubro de 2020.

de acordo com a Lei n.º 12.235/2002¹³.

No âmbito estadual também existe o Plano Pernambuco Quilombola com o objetivo de consolidar as políticas existentes com a política do governo do Estado, para a redução das desigualdades raciais, com ênfase na população quilombola, seja da zona rural como na zona urbana, por meio da elaboração de propostas e da adoção de ações associadas às políticas universais para serem executados dentro do Triênio (2016/2019). O plano agrega as mesmas diretrizes do PBQ, porém as ações ainda não chegam a todas as comunidades, principalmente no que concerne ao acesso à terra.

Na prática não há ações integradas dos governos estadual e federal para o desenvolvimento das comunidades quilombolas, principalmente no que concerne a regularização fundiária dos territórios quilombolas, como para o desenvolvimento dessas comunidades.

O INCRA, através da DFQ, com o objetivo de aproximar o diálogo com as comunidades quilombolas para tratar tanto da regularização fundiária e o desenvolvimento, criou a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, realizadas também nas Regionais. No Estado de Pernambuco, as mesas ficaram inviáveis, pois além da não participação dos órgãos importantes, nesse processo da regularização fundiária, os quilombolas não tinham recursos para o deslocamento.

Desse modo, a instituição da política de regularização fundiária e das demais políticas, as comunidades quilombolas, rurais ou urbanas, tem buscado ser reconhecidas e certificadas como quilombolas, e optado ou não pela abertura de processo de regularização fundiária dos territórios. Segundo dados da FCP, 2020, **3.455** comunidades quilombolas reconhecidas, sendo que nas regiões Nordeste - 2.184, Sudeste - 541, Norte - 369, que possuem maior número de comunidades e no Sul – 192 e Centro-Oeste -169, com menor.

No entanto, quando se trata de emissão de certificados, esse número cai, pois apenas **2.798** estão certificadas, que segundo dados da FCP, equivalem 61% estão na região Nordeste, 16% no Sudeste, 11% no Norte, 7% no Sul e 5% no Centro –

¹³ Dispõe sobre o patrimônio fundiário do Estado de Pernambuco, sua administração, utilização, discriminação, alienação, e dá outras providências.

Oeste. Na atualidade, segundo dados do INCRA – DFQ, 2020, existem **1.805** processos abertos em todas as Superintendências Regionais, exceto de Roraima, Marabá (PA) e Acre. A região nordeste concentra maior número de processos abertos com **1.022**, seguidas das demais regiões, Sudeste – **349**, Sul - **162**, Norte – **143** e Centro-Oeste – **129**.

Ainda segundo dados do INCRA - DFQ, 2020, existem **158** portarias de reconhecimento publicadas, totalizando **633.247,7950 ha**, beneficiando **14.171** famílias quilombolas. Quanto aos decretos, existem **88** publicados, com **586. 048, 7963 ha** de áreas desapropriadas, com **10.519** famílias beneficiadas. E áreas tituladas, existem **254** títulos emitidos, regularizando **1.012.499, 4024 ha** (0,11% do território), beneficiando **162** territórios, **305** comunidades e **16.868** famílias.

É importante destacar que a região Nordeste tem o maior número de comunidades quilombolas, entre reconhecidas e certificadas na FCP ou com processos abertos no INCRA. Na região do Médio São Francisco na extinta Superintendência Regional – SR 29 possuem **32** processos abertos.

Em meio a avanços e retrocessos, as comunidades quilombolas têm seus direitos garantidos. Porém, é necessária a reparação efetiva do Estado, que oportunize o acesso às políticas públicas destinadas para essa população, e não diminuir os recursos, como vem acontecendo a cada ano.

Nesse sentido, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ e as Coordenações estaduais e regionais estão atentas aos descasos que ocorrem e travam uma luta quase que diária contra o Estado, para que oportunizem o acesso a essas políticas. Esse desinteresse faz com que as comunidades quilombolas vivam em localidades invisíveis aos recursos públicos, mas não à espoliação. Nessa perspectiva, de luta, permanência e desenvolvimento do território, que se encontram as narrativas da Comunidade Quilombola Caatinguinha, nesses (des) caminhos do reconhecimento (O'DWERY, 2007).

1.4 A Trajetória Quilombola no Sertão Pernambucano

O sertão representa resistência e existência para as populações que nele habitam, onde se luta por água, terra, educação, saúde e visibilidade. Faz parte da narrativa da literatura brasileira, como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que

interpretou suas características físicas, e marcou uma representação paradigmática, ainda que questionável, sobre a vida social e política do sertanejo, sujeito de luta desse lugar.

Clóvis Moura (1981) considerou o sertão como um lugar de mais difícil acesso para onde os escravizados iam para se sentirem libertos e seguros da imposição do colonizador. Nesse contexto, os quilombolas se fazem presentes, desbravando o sertão, pelas fazendas, pelas serras, ilhas, vilarejos e rios, que encontravam para poderem vivenciar a liberdade, em meio a mudanças políticas e sociais, no final do século XIX¹⁴.

Vale ressaltar que as comunidades quilombolas a partir do final do século XIX, se constituem em três trajetórias do fluxo migratório, como constatado no trabalho que o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) realizou no ano de 2008, que são: comunidades já existentes, de fazendas que mantiveram o trabalho de semiescravidão e depois na condição de “pessoas libertas e os que fugiram do Arraial de Canudos” (CCLF, 2008).

Nessa jornada pelo sertão se depararam com os indígenas e com outros quilombolas que estavam na mesma situação, formando uma rede de solidariedade e de reciprocidade (BANDEIRA, 1988), e assim seguindo sempre em direção da liberdade, chegando ao local sagrado e abundante em água, alimento e vida como o Rio São Francisco. O Rio São Francisco, cenário de tantas disputas, acolheu e acolhe tantas famílias que buscam refúgio ou abrigo, como os quilombolas.

No sertão do São Francisco, Estado de Pernambuco, existem muitas comunidades quilombolas que se formaram através desses fluxos migratórios, que tem em sua territorialidade singular que vai além da terra para abranger também os recursos naturais, seu modo de vida, sua ancestralidade. Nessa região possuem comunidades, como Caatinguinha, Cruz dos Riachos, Cupira, Inhanhum, Jatobá, Lambedor, Mata de São José, Remanso, Umburana, Serrote, Vitorino, Tamaquius, que estão interligadas por suas trajetórias de ocupação, na organização comunitária, política, social, econômica e na defesa de seus territórios.

A Comunidade Quilombola Conceição das Crioulas é considerada uma referência no processo de identificação dessas comunidades, pois se destaca por sua inserção nos espaços políticos, a na própria história de constituição da comunidade

¹⁴ Ver. Obra Sertão Quilombola (CCLF, 2008)

que representa a força da mulher. Ela foi pioneira, assim como o Movimento Negro local um incentivo para as demais comunidades da região na luta para o reconhecimento e regularização do seu território. Assim, no Brasil existem comunidades quilombolas em todo o território nacional que se destacam como referência na luta por direitos e reconhecimento¹⁵.

Embora a lei esteja em vigor que garante a regularização fundiária dos territórios quilombolas, algumas comunidades não apresentaram interesse para legitimar seu território, por entenderem que não precisam por se considerarem donos da terra. Nesse sentido, os agentes externos não devem intervir na decisão das comunidades devendo respeitar o tempo e seu amadurecimento e posicionamento diante dessas pautas. Nesse aspecto, os servidores do INCRA do Serviço Quilombola, principalmente da UAE do Sertão (Petrolina-PE), seguem nessa direção de não intervir na decisão das comunidades quilombolas, e têm sempre o cuidado de informá-las sobre a importância de acessar suas prerrogativas.

Durante longos anos, as comunidades viveram sem informação e na invisibilidade devido ao distanciamento do Estado e a falta de interesse político em reconhecer os direitos dessas populações. No Território Águas do Velho Chico, apesar do engajamento com os movimentos sociais, ainda não se tinha a compreensão e nem se sabia a importância do que era ser quilombola e nem de território.

A participação é fundamental para as tomadas de decisões dentro e fora de uma comunidade, seja rural ou urbana. Nesse intercâmbio de ideias e diálogos com outras comunidades quilombolas, e com a observação dos professores que lecionam e/ou lecionavam nas escolas das localidades, as lideranças de Águas do Velho Chico foram incentivadas a relatar a história de formação das comunidades e do Território. Nesse sentido, perceberam o grau de parentesco e os traços culturais existentes, e decidiram formalizar o processo de reconhecimento, junto a Fundação Cultural Palmares, autodeclarando-se quilombolas, assim como já estava ocorrendo em outras localidades.

As comunidades do Território foram declaradas comunidades remanescentes de quilombos, em 26 de novembro de 2007 (Anexo D). As comunidades se consideram quilombola, por causa da história de resistência de seus antepassados,

¹⁵Comunidade Kalunga (Goiás), Mocambo (Sergipe), Rio dos Macacos (Bahia), Trombetas (Pará), Invernada dos Negros (Santa Catarina), Castainho (Pernambuco), Olho D' água dos Pires (Piauí), Alcantara (MA), dentre outras comunidades quilombolas.

sente-se pertencentes ao território, respeitam a própria cultura, ou seja, valorizam suas raízes.

Nesse sentido, a discussão sobre a identidade quilombola, ancestralidade, tem sido bastante desenvolvida nas escolas dentro do Território, do início ao final do ano, através das atividades incorporadas no mês da consciência negra, para envolver crianças, jovens e adultos que contribuem para conhecerem suas trajetórias históricas que até então não sabiam. Em um dos relatos, uma jovem da comunidade de Caatinginha, abordou, e ficou latente, sobre a temática:

A gente só não aprende se não quiser, porque eu estudo numa escola que trabalha a questão quilombola, da nossa origem, desde o começo do ano até o final. E meio assim, eu acabo envolvida mesmo sem querer. Eu acho bonito resgatar a história de antes, por saberes mais novos agora, né? Saber origem, de onde vem, seu valor é bom. Mais ou menos. Eu não tenho vontade de me envolver na associação. Eu me envolvo nas atividades da escola. A professora sempre me inclui, dependendo do meu contexto eu me envolvo. Me autodeclaro quilombola mais ou menos. Nem tanto. Assim eu sei que sou da origem dos africanos e tal, mais meio que não aceitava antes e depois acabei compreendendo mais. Depois de conhecer a história, aceitei. Os trabalhos da escola ajudam muito. (Entrevista realizada com Fran Reis, jovem da comunidade, em outubro de 2019).

A participação da juventude sobre o entendimento do que é ser quilombola, essencial para elevação da autoestima, e na valorização dos saberes da comunidade, pois saber de onde veio para não negar sua cor, origem, assim como fizeram os colonizadores, quando trouxeram os africanos escravizados para serem explorados. Nessa perspectiva, os jovens do território, cada vez mais tem se destacado nas atividades desenvolvidas, que faz com que aumente o envolvimento e assim formar mais lideranças pela luta e defesa do território.

Os autores Luclécia Silva, Moisés Carvalho Neto e Fernanda Busso (2017) dialogam que, o entendimento quilombola, como identidade política, se concebe a partir das histórias de resistência e continuidade nesses territórios, com destaque para uma questão importante como o respeito à valorização do processo educativo das crianças e jovens no resgate da história dos negros, sobretudo no Semiárido (SILVA, CARVALHO NETO E BUSSO, 2017).

Vale destacar que o território é um espaço físico trabalhado material e simbolicamente pelos quilombolas, onde se vive social, simbólica, economicamente e estabelecem suas relações de parentesco e amizade (BADIRU e SIMONARD, 2018).

Os autores também enfatizam que o parentesco e amizade aliados constituem uma identidade, pois os indivíduos estão localizados a partir de um lugar de pertença a grupos familiares onde se relacionam a lugares dentro de um território maior.

Desse modo, a necessidade de se constituir um território foi importante para as comunidades, que constroem esse lugar, onde o grau de parentesco pulsa; que determinou as famílias contarem sua história, a fortalecerem os laços e defender os direitos territoriais na composição da Comissão do Território Quilombola Águas do Velho Chico que toma as decisões sobre o território, que fortalece o protagonismo dos quilombolas.

Interessante que Caatinginha está para o Território, assim como, o Território está para Caatinginha. Isso se afirma no momento de construção do produto final, quando conversei com Alexandre Pereira, sobre a produção de um vídeo da comunidade. O mesmo defendeu que as ações desenvolvidas nas comunidades devem ser dialogadas com a Comissão do Território (figura 3), pois eles são um Território. Essa relação estabelecida entre as comunidades faz parte do processo de construção e das dinâmicas vivenciadas por elas cotidianamente.



Figura 3 – Símbolo da Comunidade Quilombola.
Fonte: Arquivo da comunidade.

Caatinginha é integrante do Território unida às comunidades de Mata de São José, Remanso, Umburana e Vitorino, reivindicam a regularização fundiária, através do processo n.º 54141.000431/2010-7, na extinta SR29/ Médio do São Francisco (atualmente Unidade Avançada Especial do Sertão- UAE) - INCRA, por compreenderem o lugar de pertença de reafirmação da identidade. Nessa esteira, o processo está avançado com algumas peças prontas do RTID, como Relatório Antropológico, Cadastro de Famílias, Planta e memorial descritivo e em fase de conclusão do levantamento fundiário.

Segundo informações do INCRA – UEA Sertão, os trabalhos foram suspensos devido ao acirramento de ânimos entre os proprietários não quilombolas, comunidade Toco Preto e o Território Águas do Velho Chico. Inclusive com ameaças a equipe técnica do órgão, que solicitou apoio do Ministério Público Federal para mediar esse conflito.

A regularização fundiária dos territórios quilombolas aciona suas identidades pautadas na lógica de pertencimento étnico e processos sociais marcados por relações contrativas entre quilombolas e não quilombolas (BARTH, 2000), em que incidam as situações de conflito territorial.

O Estado é uma organização que tem o dever de garantir o bem estar social da população, de aplicação de legislações vigentes, ou seja, deve se manter neutro sobre seu verdadeiro papel para não ocasionar um apartheid, em que privilegia uma parte da população e a outra parte fica descoberta. No caso específico das comunidades quilombolas, o Estado ora avança para regularizar os territórios quilombolas, ora recua.

Os recuos nessa agenda acontecem muitas vezes por conta de um tipo de burocracia que se instalou de forma negativa nos processos administrativos executados nos órgãos públicos, como também há agentes de organizações que interferem nas dinâmicas processuais. Por longos anos os quilombolas foram esquecidos, por uma questão estrutural, institucional e cultural da sociedade, pela falta de compreensão do que representa o território para as comunidades, e o desinteresse por parte de alguns servidores que não acreditam na política, se tornando burocratas de ruas. Lotta (2012) afirma que os burocratas de rua reconhecem e compreendem a construção das ações, atendendo ao lado da estrutura institucional e com programação, embora tenham o poder de pôr em prática as políticas públicas.

Quando se trata especificamente de regularização fundiária, a estrutura administrativa dificulta o processo, a estrutura dentro do órgão executor é bastante limitada, a liberação de recursos que diminui a cada ano, além de um olhar de cima para baixo, ou seja, o racismo estrutural prevalecendo. É uma questão com dimensão étnico-racial inflexível, que foi engendrada dentro do colonialismo e da colonialidade, de Quijano (2005), que explica como a forma na contemporaneidade “o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista e da ideia de raça”.

Sobre o racismo estrutural, Silvio Almeida (2018), realça que está ligado ao racismo institucional, pois as instituições repetem as mesmas condições para constituir e manter a ordem social, impondo regras e padrões vinculados com as estruturas sociais já existentes, ao tempo que o racismo expresso se propaga por sermos uma sociedade racista. O autor enfatiza também que do ponto de vista teórico o racismo faz parte de um processo social, histórico e política que discrimina os grupos de forma sistêmica. Para tanto, é necessário que dentro das instituições sejam adotadas práticas antirracistas internas, para o enfrentamento do racismo.

As comunidades quilombolas, como Caatinginha, lutam para terem os territórios reconhecidos em prol da valorização e continuidade de sua cultura e direitos socioambientais, garantia da reprodução física e social. Territórios, cotidianamente, atingidos pela chegada do estranho (Martins, 1993), que invade e interfere nos modos de vida e espaços.

CAPÍTULO 2 – “SER DE CAATINGUINHA É TUDO NA VIDA”: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E O RIO SÃO FRANCISCO

O sentimento de pertencimento ocorre quando os quilombolas se reconhecem/auto reconhecem dentro da relação subjetiva, invisível aos olhos nus com um determinado local/comunidade, território, ancestralidade, tradições, manifestações culturais, processos produtivos em relação a terra, modo de vida que auxiliam no processo identitário dos mesmos (FREITAS, 2008).

2.1 O quilombo Caatinguinha: narrativas de origem e trajetórias negras do Velho Chico

As comunidades quilombolas são protagonistas de sua própria história, passada de geração em geração; levando em consideração os relatos dos mais antigos, sejam através das conversas à luz do luar, em frente às suas casas, ou debaixo de uma árvore, que puxam sempre pela memória os acontecimentos sobre a origem, a religiosidade, as práticas produtivas, os traços culturais, as vivências da infância, a juventude, assim como a chegada dos antepassados ao Brasil.

A memória é uma fonte que recria as realidades vivenciadas pelas comunidades quilombolas, que contém informações valiosas que na maioria das vezes são escassas ou inexistentes em documentos escritos sobre as populações da região em estudo. Segundo Arruti (1998), a memória tornou-se tão importante quanto os escritos de antes, que dá voz para as comunidades externarem suas ansias e desejos, indo de encontro com narrativas que não condizem com a realidade vivida.

Maurice Halbwachs (1990) explica que no primeiro plano da memória de um grupo o que se destaca são as lembranças dos acontecimentos e das experiências vivenciadas que pertencem a um número maior de membros e que derivam seja de sua própria vida, ou de suas relações com os grupos mais próximos, que possuem mais contato com eles (HALBAWCHS, 1990, pág. 45).

Para Gusmão (2001) lembrar é um caminho percorrido pelos quilombolas através das memórias, de um lugar que tem força e energia, onde contam suas histórias, que revelam sua origem e desvendam além da própria trajetória, a vida que está em seu movimento (GUSMÃO, 2001, pág. 341). Nessa perspectiva, os

quilombolas não se esquecem de onde vieram, e da vida que construíram ao longo de suas trajetórias, como é o caso de Caatinginha.

O histórico de ocupação da comunidade Caatinginha pode ser compreendida através da luta pela vida, pela existência, a defesa da terra, a afirmação da identidade como quilombola, e pela legitimação do território. A comunidade nasce da Mata de São José considerada a mãe por ter sido a primeira a ser habitada, originando as demais que hoje formam o Território Águas do Velho Chico. Os primeiros moradores da Mata chegaram à região por volta de 1800, vindos fugidos de várias regiões como Arraial de Canudos (Bahia), da Serra do Umã, da Ilha de Aracapá, no final do século XVIII (CCLF, 2008).

Antes de se tornar Caatinginha, a localidade era conhecida como Alto do Muquém, pois só existia caatinga bruta, onde “nem as onças iam” (como diz o Senhor J. M, 2019), não tinha terra e apenas quatro famílias moravam ali. Em 1940, o Senhor Higino e sua família vão morar na localidade, sendo até hoje considerado o primeiro morador, seguido de sua irmã Maria Senhora que se muda posteriormente.

Mas existem os moradores que “vieram das águas”, como a família do Senhor José Martins e sua família, que se deslocaram de Mata de São José para Caatinginha, com o avanço da água que acabou com as vazantes, com as ilhas, onde a região ficou em estado de calamidade. As famílias ficaram embaixo de lonas cedidas pelo exército que deu apoio naquele momento para as famílias atingidas pela água. Na Mata de São José, alguns de seus filhos se fixaram na Fazenda Baixa Funda, que atualmente, moram apenas 06 (seis) famílias, e estão na referida comunidade. Isso se deu, devido à inauguração, em 1979, da Barragem de Sobradinho que ocasionou mudanças na vida de milhares de famílias ribeirinhas, que saíram de suas localidades para se abrigarem em outras cidades ou comunidades.

Quando o rio baixou, as famílias tiveram a opção de voltar para seus locais de origem, porém o Senhor Martins decidiu continuar morando em Caatinginha e obedecendo a um propósito de não retornar para trás e permanecendo mais de quarenta anos na comunidade. Atualmente, está aposentado, e reside na sede do município de Orocó - PE, visitando a comunidade sempre que pode, principalmente durante as festividades, seja religiosa como os festejos de São Brás e de outras atividades promovidas dentro Território, como São Gonçalo e o reisado.

Como disse Alexandre Pereira, liderança da comunidade Caatinginha, que faz parte da Comissão do Território Águas do Velho Chico, que afirma:

O primeiro morador que veio da água. Porque em 79, segundo os mais velhos contam que foi um ano que deu uma cheia muito grande no rio São Francisco, entrou em estado de calamidade dos ribeirinhos. Aí naquela época teve o apoio do exército brasileiro pra o povo não morrer, lá com água, com as enchentes. Aí deram as lonas, aquelas barraquinhas para o pessoal. Quando a água foi embora, digamos o rio baixou, as vazantes desocuparam pra trabalhar. Alguns voltaram pra Mata de São José, outros foram pra Remanso, outras comunidades. E Zé Martins disse que não voltou mais. Ele ficou em Caatinginha (Entrevista realizada com Alexandre Pereira, em outubro de 2019).

A análise que se faz desse relato é que existe um conflito gerado pelo próprio Estado, que ocasionou a saída das famílias de sua localidade, devido a construção da barragem e ao mesmo tempo prestam um serviço de ajuda através do exército para que as mesmas não sejam levadas pela água. E isso mexe com os recursos naturais, os modos de vida das populações mais vulneráveis, como das comunidades quilombolas, que são alterados pela ambição das empresas, e do Estado, que deixam um rastro etnocida (BARRETTO FILHO, 2006, pág.14), visando o desenvolvimento sem o devido cuidado de consultá-las. Dessa forma, ocasionando consequências irreparáveis, como afirma Enrique Leff (2009), impactam ecologicamente e afetam formas ancestrais de convivência e manejo sustentável da natureza (LEFF, 2009).

A exclusão das populações atingidas pelos projetos de “modernização” ou “desenvolvimento” nas tomadas de decisões sobre o destino de suas vidas, uma vez que são discutidas nos gabinetes, ou seja, de cima para baixo, desconsiderando sua liberdade de escolha, a sua cultura é um dos principais desafios. Nesse sentido, Amartya Sen (2010), discute que o desenvolvimento tem a participação como uma questão que deve ser valorizada, pois as pessoas envolvidas devem ter a oportunidade de decidir o que é melhor para as suas vidas. Assim, as mudanças ocorridas no Rio São Francisco afetaram tanto as vidas das famílias ribeirinhas, que também são quilombolas.

As comunidades quilombolas que moram próximas às encostas do Rio (figura 4), como as comunidades do Território Águas do Velho Chico, Cupira e Inhanhum (Santa Maria da Boa Vista-PE), quando se sentem ameaçadas ou até mesmo atingidas por barragens, procuraram se organizar em defesa do rio, através do Movimento Atingido por Barragens (MAB). Então, isso é uma decisão tomada por elas, para lutarem pela valorização e respeito de seus territórios, que são ancestrais.

Como anota Henyo Trindade Barretto Filho (2006), é preciso reconhecer as complexas e ricas possibilidades para reinterpretar “os traços culturais” de um grupo, levando em consideração a relação de desenvolvimento e os povos indígenas, que sempre estiveram na pauta das negociações desse desenvolvimento, que causa um efeito patológico (BARRETTO FILHO, 2006, pág. 13-14), também nas comunidades quilombolas, nas cidades que foram afetadas pela construção das barragens, como Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado, Casa Nova e Sobradinho, todas localizadas no Estado da Bahia.



Figura 4 – Encosta do Rio.

Fonte: Ingrede Dantas (Liderança do território), 2020.

As narrativas de vida das comunidades quilombolas também são marcadas pela escravização, de avós, pais, presente nas memórias de suas famílias. O Senhor Martins relatou que seus pais lhes contaram que seus bisavôs eram escravos e depois foram libertos, e o mesmo se considera quilombola, porém seus descendentes mais velhos eram indígenas. Chegou para morar em Mata de São José, mais precisamente, na Fazenda Baixa Funda, em 1953, onde se casou e formou sua família de cinco filhos. Destaca que criou 12 (doze), entre filhos e sobrinhos, que se encontram casados.

Dona Emília, uma das filhas de Martins, que mora em Caatinguinha, lembra com alegria e o brilho nos olhos, de quando moravam na Baixa Funda, da sua infância

no rio, dos festejos de São Brás, dos amigos, parentes, com o sentimento de pertencimento por seu local de origem. Ao mesmo tempo, afirma que pertencer a “Caatinguinha é tudo na vida”, que designou o título do trabalho, sendo o local que abrigou as famílias enquanto fugiam da enchente do rio.

Dona Emília Silva afirma que:

A Caatinguinha pra mim é tudo. Né? Quando a gente chegou aqui se apoiou nela. Aqui nesse pedacinho já tenho 30 anos. 35 anos que eu moro aqui, só nesse pedacinho. Graças a Deus já é tudo habitado aqui. Minha família, minha filha. Meus vizinhos, o primeiro vizinho que falei pra você que é aquele que mora ali, que quando cheguei aqui já tava aqui, nós encontramos. E essa minha Caatinguinha tinha a casa de um tio nosso e foi embora e a gente comprou. E aí eu construí a minha casa. Eu só tenho agradecer a Caatinguinha, pra mim. Porque a gente veio da Baixa Funda, no pau de arara de noite com medo da água do Sobradinho, que tinha quebrado a barragem e meu pai ajuntou nós todos e viemos pra cá pra esse alto. E daqui ele chamou pra voltar e disse que quando saí de um lugar eu não volto mais. Eu chorei muito querendo ir pra Baixa Funda de novo. (Entrevista realizada com Dona Emília Silva, em outubro de 2019).



Figura 5 - Centro da Comunidade Quilombola Caatinguinha.

Fonte: Registrada pela Autora, 2019.

É importante anotar que esse relato de Dona Emília reforça que o desenvolvimento causa efeitos patológicos, como coloca Barretto Filho (2006), que marca e marcou a vida de muitos filhos de Caatinguinha (figura 5), que saíram ainda pequenos de seu local de origem. E que sempre se reportam ao local com saudades, porém veem com esperança o atual lugar para continuidade de suas gerações.

A vida na Baixa Funda não é apenas uma lembrança. Representa fartura, o

contato mais aproximado com o Rio, a alegria de ver suas plantações, de pescar, de tomar banho no rio, de pertencer a algum lugar. Porém, o sentimento de pertencimento por Caatinguinha reflete também nos filhos que nasceram ou vieram pequeninos da Mata de São José ou da Fazenda Baixa Funda, afirmando que todo o aprendizado e as vivências foram na comunidade e que a mesma representa sua vida, sua família, sua casa, assim como as crenças e a religiosidade, como expressa dona Hilda Reis, irmã de Alexandre Pereira, em seu relato:

A Caatinguinha pra mim é como diz a história, meu lugar, minha casa, é minha família por conta que a gente nasceu e se criou aqui né? Tudo que eu aprendi foi aqui. Da Baixa Funda que bem aí do outro lado, na verdade eu criancinha morava na lá na Baixa Funda. Na idade de minha neta Celiane eu já morava aqui. Tudo que eu aprendi foi aqui em Caatinguinha. As coisas de crença, São Gonçalo, reisado, novena conheço tudo daqui de Caatinguinha. (Entrevista realizada com dona Hilda Reis, em outubro de 2019).

As festividades religiosas fazem parte da cultura das comunidades quilombolas, como em Caatinguinha, onde seus moradores participam do grupo de reisado (figura 6) e de São Gonçalo (figura 7) do Território Águas do Velho, se apresentando dentro e fora do território. Também tem os novenários dos santos, onde cada comunidade do território tem seu santo de devoção.



Figura 6 – Reisado.

Fonte: Arquivo da Comunidade.



Figura 7 – São Gonçalo.
Fonte: Arquivo da Comunidade.

Em Caatinguinha, a fé e a religião andam juntas. O festejo do novenário de São Brás, realizada na Igreja que leva o nome do santo (figura 8), é bastante participativo, onde as famílias da comunidade se organizam para receber os parentes e os amigos que vem tanto da sede do município, quanto das comunidades do Território para prestigiar o novenário. No último dia do festejo, as famílias se reúnem e preparam um grande almoço para todos da comunidade, um dia inteiro de festa. Dona Emília revelou que o novenário de São Brás vem desde a Baixa Funda e que mesmo eles estando em Caatinguinha continuaram a festejar o santo de devoção e a organizar o festejo.

E mais! São Braz que nós festejava... Era na Baixa Funda. Eu tinha que sair daqui 04h30minhs correndo pra mim arrumar São Brás no rio, porque tinha que ser nós. Porque era só eu que aprontava, sozinha. Me arrumava. Minha mãe ia atrás. Nós pegávamos uns paus ainda na estrada pra fazer uma fogueirinha. Tinha que levar, e nós íamos pra o rio e nós rezávamos e quando dava nove horas nós voltávamos pra cá. E eu agradeço a Deus hoje dele (São Bras) estar aqui em nossa comunidade. Muita gente como você está vendo, e não precisa mais eu correr. Eu não vou mais pra Igreja correndo. Só vou à hora de rezar, que hoje tenho minha cunhada, que mora perto e ela faz tudo. E agradeço muito essa vinda aqui para o Alto da Caatinguinha. (Entrevista realizada com Dona Emília Silva, em outubro de 2019).

Porém, dentro da comunidade existem também outras formas de expressar sua religiosidade, como a religião de matriz africana que não é tão divulgada para os de fora, mas todos têm conhecimento e evitam divulgar em respeito ou até mesmo por não se sentirem a vontade para falar sobre o assunto. Essa abordagem ocorreu em um momento informal da pesquisa, com a liderança da comunidade. Na comunidade quilombola de Nova Jatobá, localizada em Curaçá (BA), também ocorreu o mesmo, numa visita realizada, quando fora abordado sobre as benzedeiras, a senhora que nos recebeu não quis falar sobre o assunto. Mas à medida que fomos conversando, a mesma relatou que na comunidade existe a prática de religião de matriz africana e tem as benzedeiras.

Para Santos (2015), a religiosidade se apresenta como dos fatores do processo de colonização e que a religião é uma dimensão privilegiada para o entendimento das várias formas de viver, sentir e pensar a vida dos distintos povos e sociedades.



Figura 8 – Igreja Católica da Comunidade Quilombola Caatinginha.

Fonte: Própria Autoria, 2019.

Caatinginha se ressignificou para continuar sua história e construir novas histórias, através dos laços de parentescos entre os parentes quilombolas e indígenas; que estão dentro e fora da comunidade, que buscam direito de existir e não um passado a ser recordado (LEITE, 2000), através da relação com a terra, da sua identidade sempre reafirmada quando faz referência à origem indígena. A comunidade

tem relação de parentesco com os Truká, que sempre se visitam na Ilha da Assunção, e mantém vínculos de amizade. Vale destacar que mesmo tendo traços indígenas, a comunidade se identifica como quilombola.

É importante ressaltar que a autoidentificação como quilombola ou como indígena tem sido bastante difícil nas comunidades que possuem os traços das duas etnias, pois gera conflitos de identidade, quando se trata da regularização fundiária dos territórios ou para ter acesso às políticas públicas seja indígenas, sejam quilombolas.

A mistura entre indígenas e quilombolas é latente no sertão pernambucano. Nas comunidades de Conceição das Crioulas, em Salgueiro-PE existe um conflito territorial, justamente, devido a essa mistura. Assim como, em Tiririca dos Crioulos localizado em Carnaubeira da Penha (PE), considerado um quilombo indígena. Porém, no cotidiano, essa questão de ser quilombola ou indígena, é tratada de forma natural, pois eles convivem normalmente. O quilombo indígena é a ajuntamento desses dois povos, negros e índios, que se encontraram no sertão e nas margens de rios, e misturaram suas culturas, suas tradições.

É importante anotar que existem comunidades que foram levadas pelos agentes externos a se autodeclarar como quilombola para ter como garantia os direitos para os quilombolas, sendo que a comunidade se autodeclarava indígena. Essa ocorrência foi constatada numa visita técnica do Grupo de Trabalho composto por órgãos públicos, como Ministério Público Federal, FUNAI, INCRA dentre outros, onde a comunidade desconhecia, ou por medo não revelou que tinha feito a autodeclaração. Nesse sentido, Barth (2000) afirma que há uma limitação entre quem se autoatribui e quem atribui, ou seja, a autodeclaração é livre.

Paloma França (2019) em sua dissertação de mestrado trás elementos encontrados na Comunidade de Cariacá, localizada em Senhor do Bonfim (BA), quando relata que a comunidade sente dificuldade na emissão de uma declaração de identidade étnica para os discentes como quilombola, pois significa que as fronteiras físicas ou imaginárias possam separar eles de nós, como afirma autora, e que identificar e diferenciar é classificar de quem tem o poder e o privilégio de estabelecer os grupos que têm maior ou menor valor (FRANÇA, 2019, pág.100). Por isso, é importante que a própria comunidade ou indivíduo se autodeclare, quilombola, indígena ou não, observando sua trajetória de vida e luta.

2.2. Comunidade Caatinguinha: infraestrutura, renda e educação.

Caatinguinha está localizada na área rural do município de Orocó, no sertão de Pernambuco, a 18 km da sede, conforme figura 9. O acesso para a comunidade se dá pela BR 428. Faz limite com os municípios de Orocó e Cabrobó, e também com os quilombos Remanso e Mata de São José, com a BR 428, e com um povoado Toco Preto que fica nas proximidades.

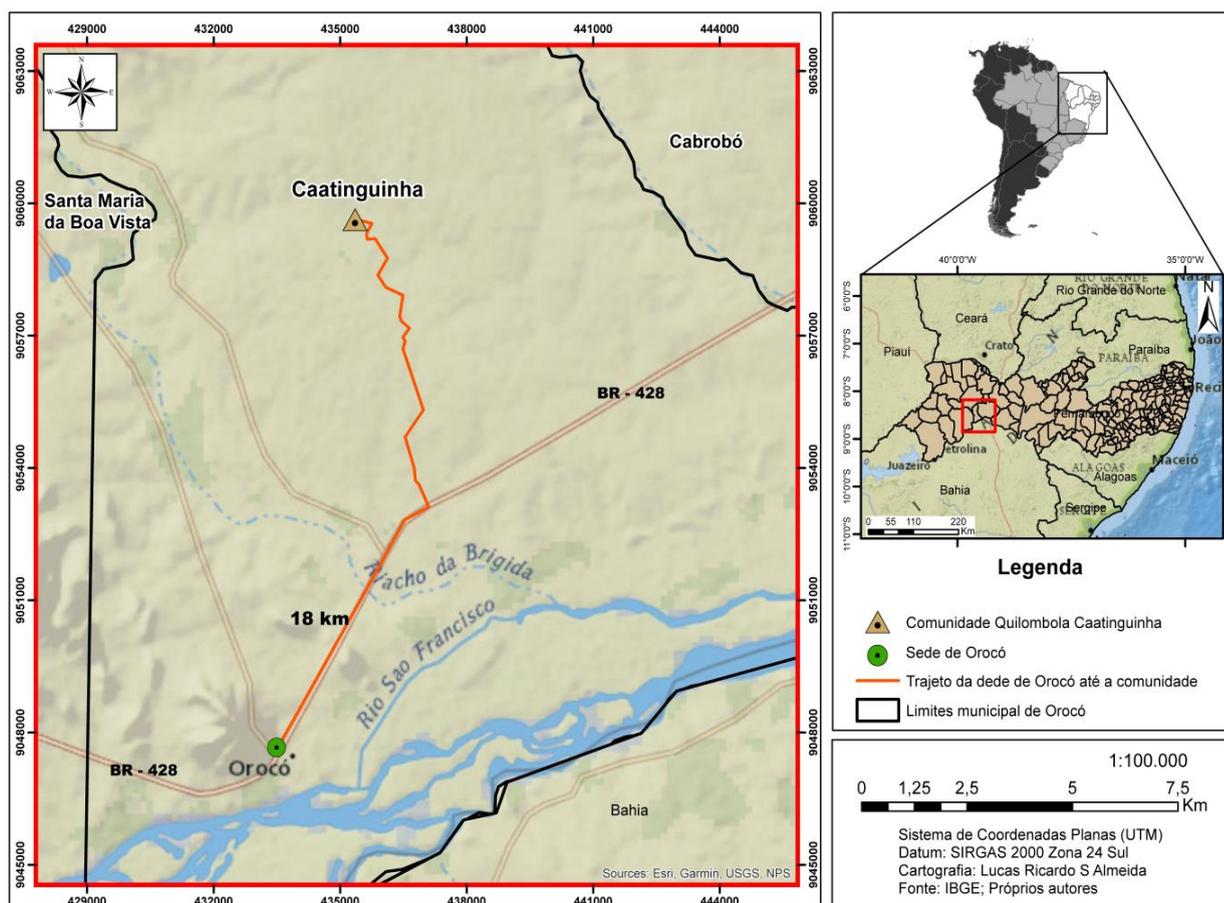


Figura 9 – Mapa de localização da Comunidade Caatinguinha.

Fonte: IBGE; Lucas Ricardo Almeida, 2020.

A comunidade Caatinguinha tem 100 famílias, com um total de 360 pessoas, sendo que na comunidade residem apenas 84 famílias, devido ao período sazonal que obriga muitos moradores a saírem em busca de oportunidades de trabalho para garantir o sustento familiar. Assim, como tem outros membros que moram na sede do município de Orocó-PE, por não terem casa para residirem na localidade e trabalharem na cidade.

A comunidade se organiza em um povoado de casas (figura 11), onde há uma estrada (figura 10), que se interliga com as demais localidades pela BR 428, dentro do território, com uma rua larga que vai até o centro do quilombo, onde fica a Igreja de São Brás, onde são realizadas as novenas todos os anos no mês de outubro. Nessa passagem, tem a entrada para o rio, onde se pega a balsa para fazer a travessia para as ilhas.



Figura 10 – Estrada de acesso a comunidade.
Fonte: Registro de Fernanda Adriana, 2020.



Figura 11 – Organização das casas.
Fonte: Própria Autoria, 2019.

A maioria das casas da comunidade atualmente é construída de alvenaria, sendo uma mudança significativa, pois anteriormente, eram feitas de taipa (figura 12),

como se constatou no questionário realizado durante a pesquisa em questão, em 2020, que 81% das famílias moram em casas de alvenaria e 17% ainda em casas de taipa como constatado também no cadastramento realizado pelo INCRA, em 2016. Vale ressaltar que o cadastro foi à porta de entrada para conhecer Caatinginha e que me instigou a pesquisá-la. Isso se deve a chegada das políticas públicas de habitação, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ¹⁶, faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida, que possibilitou mudar a realidade das famílias que moram no campo. No entanto, nem todas as famílias ainda foram contempladas com o programa e continuam morando em casas de taipa.



Figura 12 – Casa de taipa.

Fonte: Registro de Alexandre Pereira (Líder de Caatinginha), 2020.

As necessidades do meio rural foram negligenciadas e esquecidas durante longos anos pelo Estado, e por governos que não incluíam em suas pautas dialogar com a população rural políticas de desenvolvimento rural na garantia do acesso a essas políticas. Nesse sentido, o engajamento de organizações da sociedade civil, e

¹⁶[O PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural](https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx) foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida*, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Fonte: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>.

os representantes dos sujeitos do campo cobram mais ações do poder público para que de fato sejam efetivas essas políticas e assim seja acessível para todos.

Sobre essa questão vale destacar que as comunidades quilombolas estão engajadas no acesso à habitação rural, sendo protagonista de todo esse processo. Contam com ajuda das organizações sociais na orientação da documentação necessária e do próprio INCRA na emissão de declaração informando que possuem processo de regularização. Mas as mesmas, em alguns momentos de conversas informais já reclamaram da burocracia. A comunidade Cupira, localizada em Santa Maria da Boa Vista (PE), já vivenciou a experiência, assim como Caatinginha e outras tantas. Além da burocracia, relatam que dentro das comunidades tem moradores que não aceitam fazer parte do processo, por não acreditarem na política. Esse descrédito que as populações do campo têm com o poder público se dá devido a falta de recursos, da burocracia e muitas vezes pelas disputas políticas dentro do território.

A política de habitação rural é um direito e tem mudado a vida de muitas famílias rurais, como dos quilombolas, que ao formarem suas comunidades e viveram e vivem ainda em casas de taipa sem a menor segurança. A moradia é fundamental para que tenham dignidade de se organizarem, conviverem em paz em seus espaços individuais e principalmente permanecerem em suas localidades. Entretanto, a realidade em Caatinginha, como mostrou no questionário aplicado é contrária, pois nos domicílios possuem dois ou até três núcleos familiares, com 2 a 5 pessoas dividindo muitas vezes cômodos pequenos, haja vista que nem todos possuem casa e nem espaço para construir, fato do cotidiano das famílias quilombolas.

Segundo Bolter, Schneider e Haas (2015) defendem que as políticas de habitação rural, como o Programa Nacional de Habitação Rural, foi uma ação que constituiu mudança nas orientações e nas conduções do Estado para viabilizar ao meio rural um novo cenário, com foco não apenas na esfera econômica e produtiva, mais inclusiva e no bem estar das famílias.

Na comunidade também há energia elétrica distribuída em todas as casas, tem a sede de associação (figura 13), onde são realizadas as reuniões, espaço de decisões das demandas de Caatinginha, tem escola, uma bomba d'água que abastece as casas e bombeia a água do rio São Francisco e possui um bar onde as pessoas utilizam como diversão. Contudo, as famílias quilombolas ainda sofrem com o abastecimento de água, porque a bomba deixa de funcionar e altera o cotidiano das casas. No período da realização da pesquisa faltou água na comunidade, e os

moradores tiveram que ir às residências que tinham conseguido guardar água, pois os mesmo estavam trabalhando.



Figura 13 – Sede da Associação Quilombola de Caatinguinha (AQ).
Fonte: Registro de Alexandre Pereira (Líder de Caatinguinha), 2020.

Contudo, na comunidade não há posto de saúde, e as famílias precisam se deslocar para a Comunidade Remanso para se consultarem. E se torna muitas vezes uma dificuldade, porque ora não há recurso para o transporte, ou não tem disponível, como relatado por dona Hilda Reis. Mas a esperança está na regularização do território, segundo ela. A regularização fundiária do território é importante para as famílias, pois as infraestruturas não precisam ter o aval do INCRA, para que seja implementada, pois os demais órgãos de instalação de energia elétrica, água, dentre outros, sempre solicitam uma declaração para legitimar a existência da comunidade, para além da autodeclaração de quilombola.

Durante a pesquisa, fiz anotações no caderno de campo, que foram fundamentais para analisar a comunidade, além de entrevistas e questionários. E em um dos relatos anotados, em 2019, foi colocado que, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) tem uma proposta de instalação de água na comunidade, que vai diminuir as dificuldades com o abastecimento de água. Todavia, essa ação tem dois pontos, primeiro a sua instalação representa um avanço na comunidade, pois vai diminuir a falta de água que ocorre constantemente; e segundo a comunidade teme que a transferência da responsabilidade para a prefeitura de Orocó-PE, ocorra uma alta no valor da taxa de

água que impossibilitará o pagamento por parte dos moradores, devido às condições financeiras da maioria da população de Caatinginha.

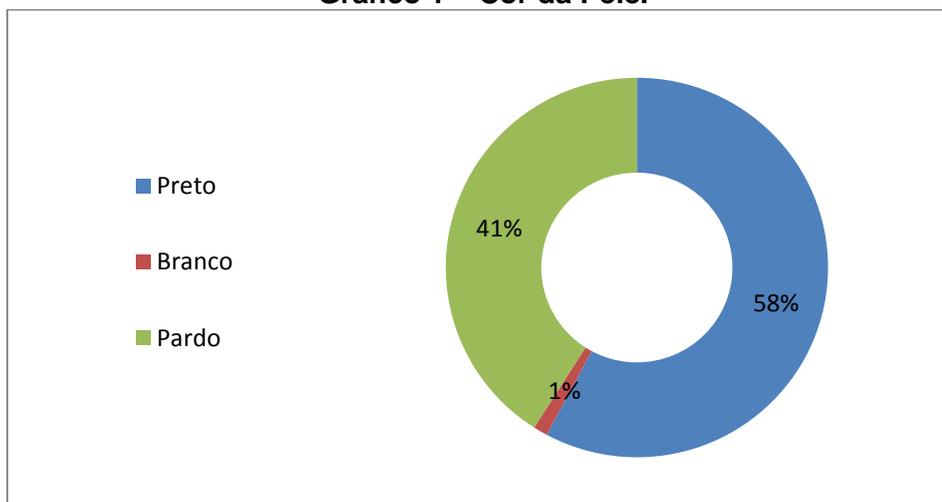
Essa é uma realidade vivenciada por várias comunidades rurais, quilombolas, principalmente, as que habitam no sertão, o acesso à água de qualidade. A Articulação do Semiárido Brasileiro¹⁷ (ASA) é uma rede de organizações que defende políticas públicas de convivência com o semiárido. Uma dessas políticas, fundamentais para a vida humana, é o acesso à água de qualidade, um bem comum.

O trabalho realizado na ASA, enquanto assessora técnica, no Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), proporcionou acompanhar de perto as dificuldades para se construir cisterna de 16 mil, principalmente dentro das comunidades quilombolas, pois tem a questão da demarcação das terras nessas áreas e por isso, não estavam nas prioridades. Atualmente, os quilombolas são prioridades para terem acesso à primeira água para o consumo humano, no semiárido. A comunidade Feijão e Posse, localizada em Mirandiba-PE possuem cisternas de 16 mil litros, mas fica complicado quando a demarcação das áreas ainda não foi feita e nem concluída.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do último censo de 2010, o município de Orocó, possui uma população de 13.180hab., com densidade demográfica de 23,76 hab/km². Desse total da população, 64,97% residem na zona rural e 35,03% na zona urbana. Dos 64,97% dos habitantes que estão na área rural, Caatinginha agrega 0,75% da população rural, sendo que a autodeclaração varia entre a cor preta e a cor parda.

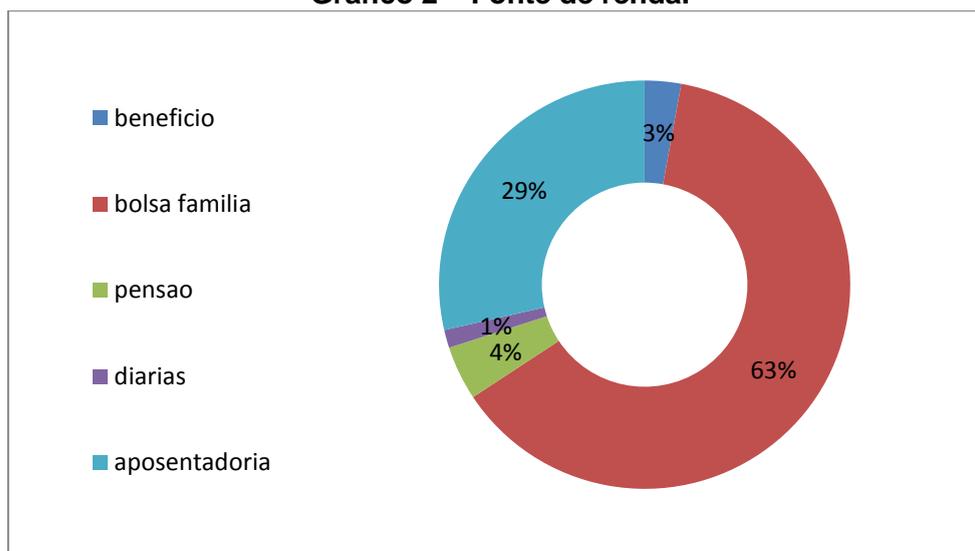
No questionário aplicado com a comunidade foi constatado que 58% das pessoas se autodeclaram como preto e 41% como pardo e 1% branco, conforme Gráfico 1 abaixo. A autodeclaração, como preto é resultado dos momentos de formação realizados dentro e fora da comunidade, do envolvimento dos jovens nas atividades da escola, ponto que será destacado mais adiante, como também da consciência que as famílias vão tendo sobre seus direitos.

¹⁷ A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). (<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>)

Gráfico 1 – Cor da Pele.

Fonte: Autoria própria, 2020.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do referido município é de 0,610, ocupando a posição 51^o dentro do estado de Pernambuco e nacionalmente ocupa a 3902^o. A principal fonte de renda do município é a agricultura e a caprinocultura. Todavia, em Caatinginha a atividade econômica predominante é a agricultura, embora prevaleçam as aposentadorias que no gráfico se mostram como a segunda fonte de renda. Importantes também a atividade de pescador, bem como também os benefícios sociais tendo uma porcentagem alta, como PBF, que representa um alto índice de acesso ao benefício, como pode ser constatado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Fonte de renda.

Fonte: Autoria própria, 2020.

As famílias mesmo recebendo o benefício do PBF, elas afirmam que não dá para viver apenas dessa renda. Embora a agricultura seja uma atividade que predomine, o benefício vem para complementar na compra de alimentos e para fazer exames médicos quando necessário. Dona Hilda Reis deixa isso bem claro em seu relato:

Eu recebo o benefício do Programa Bolsa família. O meu bolsa família eu digo sempre às meninas, a todo mundo, não chego a usar o dinheiro do bolsa família com feira, muito não. Por conta que aqui desde o meu filho novo, que ele tem problema de saúde. Aí eu investi mais no problema da saúde dele, com exame, consulta. E o que sobra a gente usa no Programa Bolsa Família. A primeira coisa que fiz com o bolsa família foi feira. Eu nunca investi em de móvel e coisas assim. Sempre saúde e feira. (Entrevista realizada com Hilda Reis, em outubro de 2019).

O Programa Bolsa Família é considerado a principal fonte de renda para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, pois embora seja um valor baixo, significa muito, pois garante o acesso ao alimento e para atender outras necessidades que os beneficiários possuem. Desde a sua criação, em 2003, segundo dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, o programa evoluiu no atendimento de mais de 13 milhões de famílias, até março de 2020.

No município de Orocó estão cadastradas 4.540 famílias no Cadastro Único¹⁸ – CadÚnico, e 3.322 famílias, em março de 2020 foram beneficiadas pelo PBF, que equivale a cobertura de 153,9% da estimativa das famílias pobres do município. Em 2019, havia 3.356 famílias beneficiadas pelo Programa, que equivale a 66,24% da população do município. No ano de 2018, conforme a SENARC, 10.981 pessoas, sendo 5.273 do sexo masculino e 5.708 do sexo feminino, entre a faixa etária de 0 a 65 anos receberam pelo PBF.

Na comunidade Caatinginha, durante a pesquisa realizada, como também no cadastramento do INCRA verificou-se que mais de 60% das famílias vivem de

¹⁸ O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. (<https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>)

programas sociais, ou seja, quase a totalidade das famílias depende do benefício para complementar a sua renda ou até mesmo é a única renda da casa. Fica perceptível que o programa tem contribuído para as famílias quilombolas, principalmente, as chefiadas por mulheres que lhes garante autonomia e liberdade para aplicar o recurso na alimentação e nutrição da família.

No entanto, há uma preocupação em torno de reflexões realizadas em cima de estudos realizados, que apesar do Programa apresentar resultados positivos, como apontam Silva e Schneider (2015), ainda faltam análises suficientes quanto à superação da pobreza por parte das famílias se porventura o programa for interrompido.

Vale destacar que o benefício do programa e outros são avaliados como importantes, durante a sua implementação, pois as famílias tiveram outra oportunidade de ganho, que antes a situação era mais difícil e nem todos podiam trabalhar em regime de diária.

Nessa época que não tinha os benefícios, o pessoal vivia cem por cento do ganho, nem todo mundo tinha essa questão das roças próprias, vivia de diária e nem todo mundo podia também trabalhar de diária porque não tinha essa questão de diária pra todo mundo e se passava certa dificuldade, assim não era tão fácil. Com o decorrer do tempo mais mesmo assim, a gente lutava em prol que ia melhorar, como graças a Deus, que nesses 12 anos, 13 anos ai, que teve o comando do PT que teve esse auxílio de assistência da vida do pobre, essa questão melhorou muito, muito. (Entrevista realizada com Alexandre Pereira, em junho de 2020).

Ainda sobre o depoimento de Alexandre Pereira, a política instituída pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), durante a sua gestão, foram importantes para as comunidades saírem da invisibilidade social, e também econômica, com políticas públicas que deram gordura para elas. No entanto, é preciso fazer a crítica que podiam ter feito mais pelas comunidades quilombolas, assim como, para os povos e comunidades tradicionais em geral. Principalmente, no que concerne a política de regularização fundiária e outros programas que foram descontinuados em sua aplicabilidade, como o PBQ e o PRONERA, por falta de interesse político e/ou de recursos.

O salário médio mensal, em 2018, conforme o IBGE era de 1,9 salários mínimos. A média de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,2%.

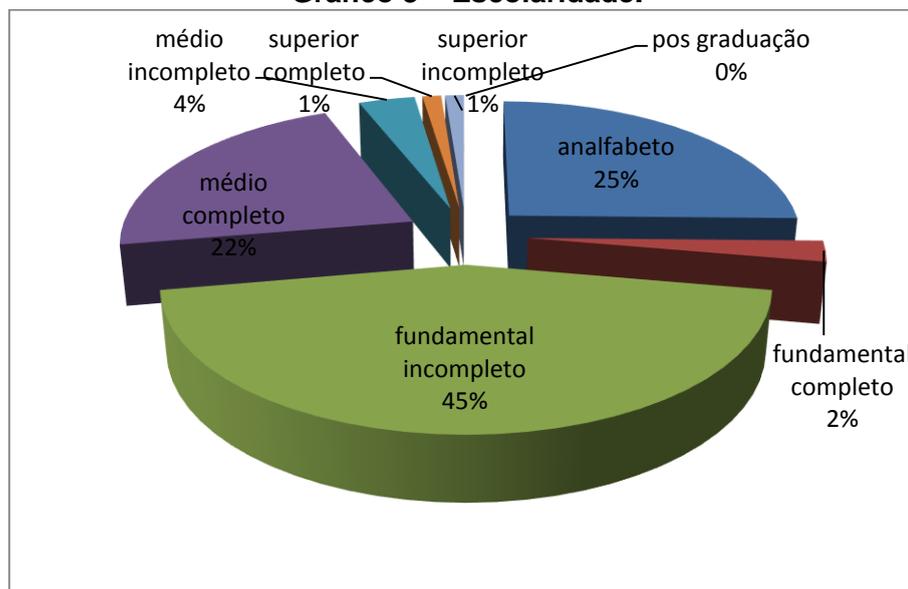
Comparando com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 23 de 185 e 129 de 185, simultaneamente.

Em relação às cidades de todo país, o município estava na posição 2678 de 5570 e 4805 de 5570. Nessas condições, em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 57,6% da população que o colocava na posição 3 de 185 no estado e na posição 159 de 5570 no país. A renda das famílias em Caatinginha varia entre R\$ 500,00 a 1 salário mínimo, ou até mesmo sem renda quando não possui trabalho na roça e nem são beneficiários do Programa Bolsa Família.

A análise sobre os dados da população do campo ainda sofre pela falta de emprego nos municípios, que gera uma situação ainda de carência, e a população submete a realizar outros trabalhos que não seja a agricultura ou acessar os benefícios sociais. Como no caso de Caatinginha que as famílias precisam trabalhar e buscam outros postos de trabalho para composição de sua renda. Maria José Teixeira Carneiro (1998) nos chama atenção que a reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, se expressa como uma forma de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, convergindo com o desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 1998, pág. 56); ou seja, como coloca Wanderley (2009), que a pluriatividade é uma estratégia da família na garantia de seu sustento.

Em Caatinginha, assim como no território tem escolas, e ainda tem pessoas analfabetas, ou que não conseguiram concluir o ensino fundamental, como pode ser visto no gráfico 3. A educação é fundamental para o desenvolvimento do ser humano e aponta caminhos para a construção de conhecimentos. A política de cotas e, assim como PRONERA¹⁹ é um incentivo para mudança das realidades nas comunidades rurais, porém, para alguns quilombolas a educação ainda está distante, pois ainda se precisa trabalhar para sustentar a família e assim ocorre a ida para os grandes centros do país.

¹⁹ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. O público alvo são jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Gráfico 3 – Escolaridade.

Fonte: Autoria própria, 2020.

No entanto, dentro do Território Águas do Velho Chico, tem quilombolas que estudam na Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), nos cursos de Licenciatura de História e Ciências Sociais, através do PRONERA, que oportunizou aos beneficiários da reforma agrária, fazer parte da academia, divulgar o conhecimento do campo e aliar ao conhecimento formal. Porém, é preciso que as comunidades quilombolas ocupem mais espaços nas universidades, nas escolas, na política, valorizar os espaços de construção que são de troca de conhecimento. Como diria Paulo Freire (1983), em sua obra *Comunicação ou Extensão?*, que:

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 1993, pág. 16).

E nessa ação extensionista deve-se focar na troca de experiências através de rodas de conversas, aplicação das metodologias participativas para conhecer a organização e as dinâmicas das comunidades. Por isso, a Pedagogia da Alternância dos cursos do PRONERA é fundamental para essa troca e alinhamento da prática e da teoria.

Sobre a Pedagogia da Alternância, Tiago Pereira da Costa (2018), em sua dissertação, anota que essa metodologia de ensino os educandos dispõem de conhecimentos técnicos que devem ser trabalhados em sala de aula de forma clara e objetiva, assim como vinculado ao conhecimento baseado nas experiências vivenciadas na comunidade (COSTA, 2018, pág. 22), assim como é definido nos Projetos Pedagógicos tanto das Escolas Famílias Agrícola, como nas Universidades que agregam o PRONERA, onde as práticas sociais e produtivas são socializadas dentro e fora da sala e das comunidades.

2.3 Aspectos Produtivos

As comunidades quilombolas desenvolveram suas práticas produtivas sem a lógica do capital. A produção sempre foi voltada para o sustento familiar. E ao longo do tempo nos quilombos contemporâneos às cercas foram avançando nos territórios, e essas práticas foram diminuídas nas comunidades, como é o caso de Caatinginha, devido à presença dos estranhos.

Essas populações têm dificuldades no apoio para sustentar a pequena produção, por parte dos governos em todas as esferas, com o avanço dos projetos de irrigação na região, a falta de terra e o adiamento da regularização fundiária. Porém, a comunidade ainda desenvolve suas práticas produtivas com dificuldade, através do cultivo da mandioca, feijão, milho, cebola, acerola, desenvolvidas muitas vezes nas roças dos que tem propriedade seja quilombola ou não quilombolas, que estão dentro ou fora do território, ou seja, a dinâmica de Caatinginha para continuar sua produção é diferente das demais comunidades do Território Águas do Velho Chico. Como afirma Moura (1993), que embora a maioria dos quilombos praticasse a agricultura, não era igual ao modelo econômico.

As comunidades quilombolas tem diversidade na produção, desde o período escravista, como aponta Moura (1993), que embora centrasse na monocultura da produção na mão dos senhores, os mesmos praticavam a policultura, que distribuía para comunidade (MOURA, 1993, pág. 34).

Entretanto, não tendo terra, algumas famílias têm a tradição ainda de cultivar nos quintais, banana, maracujá, manga, acerola, que são frutíferas, bem como a criação de pequenos animais como porco, galinha, caprinos, onde criam soltos e servem para agregar na alimentação e nutrição das famílias. Mesmo sendo ainda

pouco diante da realidade vivenciada pelas famílias em Caatinginha. São nesses quintais, que a comunidade alimenta também suas tradições com saberes e sabores.

Vale destacar que a produção nos quintais é uma tradição antiga e faz parte do cotidiano das famílias que estão no semiárido, valorizando o trabalho das mulheres, que são as cuidadoras deste local sagrado e bem familiar, onde cultivam árvores frutíferas, plantas medicinais, as hortas e a criação de pequenos animais. Como em Caatinginha, tem algumas famílias que mesmo não tendo tanto espaço, possuem algumas plantas frutíferas em seus quintais, como o quintal de dona Emília, que tem o cultivo de acerola.

Em Caatinginha, a dinâmica ainda precisa de incentivos, pois falta uma política de crédito desburocratizada, para que as famílias possam acessar. Embora, antes não tivesse tanto recurso público às famílias trabalhavam. Atualmente, com mais recursos às famílias agricultoras e ribeirinhas passam fome, por necessidades básicas, como afirma José Martins,

Hoje tá chegando recurso na mão dos homens e ninguém tem. Ninguém tem recurso, veja aí as populações todas obrigadas morrendo de fome, passando fome porque não tem pra donde ir, emprego não tem e ai como tá se virando. (Entrevista realizada com José Martins, em outubro de 2019).

A política de crédito existente é excludente, pois não atende os anseios da população de quem realmente precisa acessá-la. Desde 2016, os quilombolas são reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma, e já existe um procedimento para operacionalizar o processo de inserção dos mesmos no sistema do órgão, porém, a política estatal burocratiza tudo. Por isso, é importante refletir, que as políticas públicas são necessárias, mas devem ir além do discurso, observando as relações estabelecidas entre os grupos sociais e as posições ocupadas por estes no tecido sociocultural do território (AZEVEDO e VITAL, 2018).

Todavia, o ser quilombola se confunde com o ser agricultor familiar. Ser quilombola é a sua identidade étnica e ser agricultor familiar, segundo Sérgio Schneider (2003) é uma categoria que fora adotada, e que vem ganhando legitimidade tanto social, política e acadêmica, que passou a ser usada pelos movimentos sociais rurais, órgãos do governo e pela academia, em especial pelas Ciências Sociais, que estudam agricultura e o mundo rural (SCHNEIDER, 2003).

Diante da extrema vulnerabilidade socioeconômica em que estão as

comunidades, em 2003, foi estabelecido no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que a política de regularização fundiária deve garantir aos quilombolas, além do direito de uso e posse da terra, o acesso aos instrumentos de política pública que favoreçam a permanência dessas famílias na terra, tais como assistência técnica, linha de crédito e infraestrutura produtiva.

Nesse sentido, os quilombolas têm garantido no Art. 20 do Decreto n.º 4.887/2003, estabelece que para “fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombolas receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura” (BRASIL, 2003).

Todavia, as ações contidas no plano vão além da regularização fundiária, e prevêm a promoção do etnodesenvolvimento e de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias quilombolas, valorizando saberes históricos e os recursos naturais e potenciais de sua cultura, com elaboração de projetos produtivos viáveis para nortear seu desenvolvimento. Diante disso, foi elaborado um instrumento que garante o reconhecimento dos agricultores familiares quilombolas como beneficiários da reforma agrária, como estabelecido na Portaria INCRA N.º 175, de 19 de abril de 2016, que faz jus ao acesso ao crédito instalação, PRONAF A e as demais políticas de desenvolvimento, como ATES, PRONERA, de acordo com critérios preestabelecidos pelo INCRA.

A portaria supracitada, ainda não operacionalizava a inclusão dos agricultores remanescentes de quilombolas no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (SIPRA), pois não tinha um normativo que amparasse os procedimentos operacionais dessa ação. Nesse sentido, para orientar os referidos procedimentos, foi aprovada uma Nota Técnica Conjunta DF/DD/DT N.º10/2017, de acordo com a Portaria INCRA N.º 495, de 25 de agosto de 2017.

Como beneficiários da reforma agrária, os quilombolas têm direito ao acesso às linhas de crédito, que permite melhores condições para o desenvolvimento de atividades produtivas dentro dos Territórios Quilombolas. Conforme Decreto n.º 9.424/2018, a primeira etapa de financiamento é o crédito instalação garantido pelo INCRA, que indica quais as modalidades que estão disponíveis e os critérios a serem atendidos para acessarem os valores, pelas famílias beneficiárias.

Porém, essa ação ainda tem sido desenvolvida de maneira lenta, pois além da falta de recurso, o INCRA determinou que as comunidades quilombolas com titulação

definida fossem as primeiras contempladas. Ou seja, as que estão apenas com processo aberto serão as últimas da fila. Segundo dados do INCRA – Diretoria Fundiária Quilombola (DFQ), 2020, desde a operacionalização para a inserção dos quilombolas no SIPRA, apenas **42** territórios tiveram suas famílias reconhecidas no PNRA. Essa lentidão nos processos é ruim, pois as populações do campo precisam de urgência no atendimento de suas necessidades, como acesso ao crédito, a terra, como ocorre em Caatinginha.

Nas relações estabelecidas fora da comunidade e do Território, Alexandre Pereira tem participado de processos importantes, como a participação em um projeto de Biodiversidade, da EMBRAPA, que tem o objetivo de construir Casas de Sementes nas comunidades rurais, visando à guarda das sementes para garantir a soberania alimentar das famílias, bem como estimular as práticas produtivas da comunidade e do território.

Nessa perspectiva, as famílias terão o apoio dos agentes extensionistas que estão envolvidos no projeto. Daí vem à reflexão de como serão desenvolvidas as dinâmicas para que principalmente Caatinginha, se insira, porque não há espaço para que essas famílias desenvolvam suas práticas, se vão utilizar uma linguagem acessível, e expor os documentos para que todos tenham entendimento, como coloca Freire (1983), o que o extensionista procura não é estender suas mãos, mas apresentar seus conhecimentos e suas técnicas, aliados ao conhecimento dos agricultores de acordo com suas práticas.

O Estado precisa efetivar o direito ao acesso a terra, pois as comunidades quilombolas, principalmente as situadas no sertão brasileiro, como Caatinginha, tem dificuldades de produzir por não ter terra, além de ter sua produção física, cultural e econômica comprometida, além da dependência dos benefícios sociais do governo federal. Isso ocorre porque no município que residem, não tem geração de emprego e renda, não tem apoio para o desenvolvimento da agricultura, assim como não disponibiliza Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de qualidade.

A assistência técnica rural seja dos órgãos públicos ou das organizações não governamentais, ainda precisam melhorar muito a prestação de serviço para os agricultores familiares, quiçá nas comunidades quilombolas. Existem estudos realizados em comunidades quilombolas, como de Paula Balduino Melo (2010) e Danilo Moreira dos Santos (2018), que apontam sobre a prática e o discurso dos agentes de ATER.

Melo (2010) discorre que o ATER tem toda uma discussão sobre a prática e o desligamento da organização caso, os recursos não sejam bem geridos. Porém, não existe uma prática instituída nem pelas empresas privadas que exclui e dificulta o acesso das comunidades quilombolas quanto ao serviço, como também das entidades da sociedade civil que não tem costume de trabalhar com as comunidades quilombolas, mas que tem exceções.

E quando desenvolvem algum trabalho ainda não pautam pontos fundamentais junto com a comunidade. Ou seja, são ações que ficam silenciadas como analisado no trabalho de Santos (2018), quando aponta que há uma dissonância nos discursos tanto dos quilombolas quanto dos agentes extensionistas que se distanciam do discurso dialógico e se aproximam da prática tecnicista.

CAPÍTULO 3 – O DIREITO DE PRODUIR: PRÁTICAS PRODUTIVAS, CONFLITOS TERRITORIAIS E O RIO SÃO FRANCISCO

*[...] Do leito do rio tiramos nossa cultura
Que defendemos com bravura
De um soldado de guerra
Enxada é o nosso armamento
E a munição é o nosso alimento
Tirado da própria terra.
Nossa comunidade
Ainda hoje é muito tradicional
Todas as famílias vivem do plantio artesanal [...]*

“Cordel Nossa Origem” (Maria Pereira; Ana Nascimento)

3.1 Práticas Produtivas e os Conflitos Territoriais

A situação fundiária no Brasil é antes de tudo resultado de um processo de expropriação das terras indígenas, da escravidão enquanto sistema econômico e social e de exclusão de uma maioria trabalhadora a quem fora negada o acesso à terra. Estar com a terra para os povos tradicionais significa fartura, sustento, visibilidade, respeito. Nesse sentido, a terra deveria ser um bem comum (MARÉS, 2003), assim, como água dos rios, a fauna, a flora que é capitalizada pelas empresas com o aval do Estado ausente ou negligente com essas populações.

A propriedade privada irrestrita possibilitou o fortalecimento do poder político e econômico, que proporciona a discórdia e ambição para alguns, na verdade, poucos, acumularem riquezas, tendo principalmente um número maior de lotes de terras. No Brasil, a concentração de terras, desde os tempos coloniais, até os dias atuais favoreceu o desordenamento fundiário, que propicia conflitos no campo. Na visão de Carlos Frederico Marés (2003), “o desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, e a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista, deixando a terra de ser sustentáculo de vida.” (MARÉS, 2003, pág. 81).

Nos quilombos antigos existia o uso comum da terra, onde era praticada a agricultura para o sustento familiar, e a preocupação com quem era o dono ou não da terra, era a mesma que os quilombos contemporâneos possuem atualmente, pois são

ameaçados cotidianamente pelos grandes empreendimentos que vislumbram apenas o desenvolvimento.

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista, as grandes empresas e o Estado têm interferido no curso do Rio São Francisco com imensos efeitos e impactos na vida das comunidades que vivem à sua margem. Esse desenvolvimento costuma ser acompanhado - quando não gera - uma crise ambiental, por exemplo, devido às barragens construídas, e empreendimentos afins como as usinas eólicas. Desse modo, a crise ambiental impulsiona a destruição dos recursos naturais e/ou restrição de acesso a esses recursos. Vem causando desequilíbrio no meio ambiente, gerando desigualdades sociais e étnicas e aumento da pobreza. De acordo com Leff (2009) a crise do meio ambiente é o retrato da tomada dos recursos pelo capital que visa expandir seus lucros, sendo fruto da racionalidade econômica para tornar os padrões homogêneos de consumo.

Os moradores de Caatinginha relatam que antes das barragens, o Vale do São Francisco era rico e as famílias tinham o que comer, porém com a “ganância do homem”, na visão do senhor José Martins, a perspectiva de gerar lucros tudo acabou. As vazantes não existem mais e nem chuva para encher o rio.

Vejamos o relato do Senhor José Martins:

Antigamente era quando rio voltava, rio enchia seis meses, era a enchente do rio, aí ficava sem trabalhar. Quando o rio voltava, enchia dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio a gente começava a voltar pra trás. E aí a gente começava a trabalhar. Aí trabalhava junho, julho, agosto... Até tanto de agosto na vazante do rio. Aí em dezembro pra janeiro era o inverno. Ai voltava deixava o rio para o inverno. Ia trabalhar na roça, aí ia plantar algodão, qualquer coisa, feijão, essas coisas pra tirar na chuva. Depois da moição [irrigação] foi que abandonou tudo isso só pra trabalhar só com as moição. Antes, enquanto não tinham essas barragens que ta tendo hoje, aqui no Vale do São Francisco era rico, todo mundo tinha o que comer. Aí depois dessas barragens entrou a ganância que acabou com tudo. O que é de vazante ninguém tem mais, o rio não teve mais chuva pra encher ta secando e acabando com todo mundo por causa da ganância. E aí tamo tudo assim sofrendo por causa disso. Mas foi dos tempos que Deus andava e a gente procurava andar mais ele ninguém sofria o tanto que ta sofrendo. (Entrevista realizada com Senhor José Martins, em outubro de 2019).

O relato nos faz refletir como os grandes empreendimentos são pensados e decididos de cima para baixo trazendo danos para as comunidades atingidas, como

aconteceu com Caatinginha. Interferem no modo de viver, bem como nas práticas produtivas, pois quando as famílias moravam às margens do rio, existia fartura, e o curso do rio como da natureza era respeitado. Ou seja, se plantava quando o rio baixava, sem alterar sua dinâmica. Porém, com a construção das barragens algumas espécies de peixe acabaram, bem como o deslocamento da comunidade que se reassentou em outro lugar, como mencionado anteriormente, no capítulo 2.

Esses projetos de *des-envolvimento* trouxeram conflitos que envolvem a questão da terra, pois muitas propriedades privadas estão no meio dos territórios pleiteados, ou os territórios tradicionais estão cercados por todos os lados, o que dificulta no processo de regularização fundiário. A presença de estranhos nas áreas de preservação ambiental, a interferência no modo de vida das famílias, que enfrentam a violência e o deslocamento para outras áreas como a Comunidade Quilombola Negras de Gilú localizada no município de Itacuruba - PE é uma situação cotidiana no sertão nordestino.

Infelizmente, a comunidade quilombola Negros de Gilú não teve o mesmo destino de Caatinginha. Até o momento não teve sua reivindicação atendida, como a compra de uma área pelo INCRA, para o reassentamento das famílias que estão em Itacuruba ou das que foram viver em outras localidades. Essa desterritorialidade ocorreu devido à construção da Barragem Luis Gonzaga, e atualmente a região sofre com a possibilidade da implantação de Usina Nuclear no município. O des-envolvimento que não permite o envolvimento das comunidades ocasiona conflitos como já foi dito anteriormente.

Todavia, é importante frisar que essas comunidades têm pontos comuns como a relação com a terra, os laços de parentesco, a ancestralidade, a reafirmação da identidade, o desenvolvimento de seus territórios, mas também tem problemas de infraestrutura, a interferência em suas práticas produtivas, quanto aos direitos adquiridos, e principalmente de manter viva sua identidade.

Gusmão (2001) reflete que:

As vidas vividas por negros camponeses, através dos tempos, revelam a condição humana singular e a extensão política de que se revestem suas trajetórias. Trajetórias compostas de múltiplas e diversas realidades, as quais expressam urna condição objetiva de vida e um existir como parte de universos significantes. Trajetórias que divulgam, mais que tudo, uma luta permanente e constante para poder estar e permanecer numa

terra que se acredita sua. Na relação com a terra em que se vive, emerge uma lógica de vida que pode e é tecida de mil maneiras. (GUSMÃO, 2001, pág. 339).

Nessa trajetória experienciada pelas comunidades quilombolas, em relação a sua condição, de permanência na terra, da garantia do sustento e o desenvolvimento de suas práticas produtivas, Caatinginha se mostra ansiosa para ver o território regularizado, e poderem ter espaço para construir suas casas, terem suas áreas para produção constituídas, assim como continuar seu fluxo.

No artigo de Isabelle Picelli, Júlia Dalla Costa e Richard Torsiano (2016), dialogam com as correntes antropológicas e sociológicas sobre a realidade do camponês, em respectivamente, uma visualiza o campesinato é um modo de produção ou uma dinâmica econômica, ou seja, um modo de vida. Para as ciências sociais vêem a relação com a terra que vai além da relação de exploração (PICELLI, COSTA e TORSIANO, 2016, pág. 533).

Em Caatinginha o trabalho é desenvolvido em roças de outros quilombolas ou de não quilombolas que moram dentro ou no fora do território. Portanto, a prática da agricultura depende do arrendamento ou do meio de uma comunidade de dentro do território. Famílias como a de dona Hilda Reis, se submetem a essa dinâmica, por não terem roça própria, como relatou na entrevista. E ainda destacou que plantam macaxeira, porém quando não dá para comercializar, vai para a alimentação da família, como também tem uma relação socioprodutiva dentro do território.

Meu marido trabalha de roça, a gente trabalha de roça, apela pra roça. Se der daquela roça tu tens o dinheiro, mas também se a roça não der... A roça é de meeiro e agora ele está arrendado. Não tem terra e nós não temos água própria. O menino ali do Remanso arrendou. E foi arrendada a água de um e o terreno de outro. O dono do terreno que meu marido trabalha ele é proprietário e quilombola. A gente planta macaxeira. Não tem preço a gente come. Não tem preço pra vender., mas você tem pra comer. (Entrevista realizada com Hilda Reis, em outubro de 2019).

Em Caatinginha, mais de 50% das famílias não possuem roças, por isso, as famílias têm que arrendar a terra dos quilombolas que possuem terra ou trabalhar através de diárias nas áreas privadas que se encontram dentro do território pleiteado, como já exposto no capítulo anterior.

As práticas produtivas mais desenvolvidas na época que estavam à margem

do rio eram a mandioca, feijão, batata, algodão, mais o forte era o algodão. Com a implantação da irrigação o cultivo do algodão acabou dando espaço para as grandes máquinas que gerou mais pobreza para as famílias que habitam Caatinginha, que sofrem com a falta de terra suficiente para trabalhar e garantir seu alimento, devido ao “desenvolvimento sustentável”.

Melo (2010), anota que as práticas produtivas desenvolvidas pelos quilombolas existem algumas que são mantidas até agora, e que eram uma alternativa ao sistema econômico, mas que sempre estiveram em um contexto na produção agrícola regional, mas o manejo desses recursos naturais tem sua dinâmica particular.

O cultivo da cebola é uma prática desenvolvida nas áreas privadas. O trato com as mudas, limpeza, colheita e corte, onde as mulheres tiveram oportunidade de trabalhar recebendo por diária, e assim poder ajudar em casa, e principalmente ter assumir uma função que antes era só do homem. É possível, visualizar que no desenvolvimento dessa atividade havia divisão do trabalho, que coloca em condições de cumprir proveitosamente função determinada (DURHKEIM, 1999, p.6).

As famílias da comunidade quilombola Caatinginha, como indicado nas entrevistas realizadas, têm uma relação de respeito à localidade à qual pertencem, pois as vidas que ali estão, são mantidas e reinventadas, para continuarem na luta da sua garantia da posse da terra. Com o rio a comunidade tem uma relação de saudade e de ancestralidade. Logo, a regularização do território pode acionar outros direitos, como o de existir, de visibilidade, de legitimidade.

Gusmão (2001) realça que sair da terra que acreditam ser sua, sem levar a história do lugar, é um grande desafio para as comunidades do presente e tem uma razão que muitos grupos resistem e lutam ainda pela terra que acreditam que possa ser sua.

Todavia, esse lugar que muitos se dizem donos, sem nunca ter estado lá, nem plantado um pé de cana (Gusmão, 2001, pág. 346), estiveram ou na tutela do estado, ou de posse e propriedade privada, como colocado por Almeida (2008), que veem a terra apenas como mercadoria. Mercadoria que vale muito para os que dela necessitam para manter viva sua tradição, tirar seu sustento, assim, como Caatinginha que antes estava em um lugar e agora está em outro lugar.

Dentre as cinco comunidades do Território, Caatinginha é a que tem mais dificuldade de sustentar suas famílias, devido à falta de espaço para o desenvolvimento de suas práticas produtivas. Enquanto, que as demais mesmo

estando dentro da mesma luta para ver o território regularizado, tem espaço para produção, como Vitorino que reivindica mais apoio da assistência técnica e crédito. São realidades complexas dentro de um mesmo espaço e que deve ser levado em consideração em todo processo de análise.

Fica evidente que Caatinginha, mesmo sendo desterritorializada e ao mesmo tempo se territorializada, a comunidade tem uma relação socioprodutiva com as demais comunidades do Território, como também com o Rio São Francisco sendo através da pesca como para o lazer. Embora não estejam próximos ao rio, as famílias frequentam para tomar banho e pescar. Na comunidade existem também os pescadores artesanais, por isso, essa relação se fortalece cada vez que se está em contato com o rio.

3.2 Caatinginha e o Rio São Francisco

O Rio São Francisco foi “descoberto” há mais de 500 anos, sendo habitado por diversas sociedades indígenas, que o chamavam de várias maneiras se destacando *Opará*, que quer dizer rio-mar. Estas denominações foram esquecidas a partir de uma memória construída pela dominação metropolitana em torno dos viajantes André Gonçalves e Américo Vespúcio em homenagem a São Francisco de Assis. Além da memória oficial, o rio também recebeu vários nomes como Rio dos Currais devido à expansão da cana de açúcar no litoral nordestino, pois os gados passaram a ocupar suas margens.

Ele nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, considerado um dos rios mais importantes do Brasil, por fazer a ligação entre as regiões sudeste e nordeste. Possui uma bacia extensa com uma área total de 639.219,4 km², sendo que mais de 60% fica na região nordeste, que banha os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe; 36,8% na região sudeste e 0,7% no centro-oeste.

Para os mais íntimos o rio é chamado de Velho Chico. Tem uma riqueza imensurável não só de água, mas de fonte de renda e sustento das famílias nascidas e criadas à sua margem, além das histórias, vidas, e das lembranças de quem navega em suas águas e aprecia sua paisagem.

Caatinginha, assim como as outras comunidades do Território Quilombola, e Cupira, Serrote, Inhanhum que ficam localizadas em Santa Maria da Boa Vista (PE) e Nova Jatobá, Curaçá (BA), nutrem esse amor e encantamento pelo Rio, que faz os

olhos brilharem, não sendo um sentimento e nem uma memória genérica, mas de vidas que dependem do rio para plantar, para apreciar e proteger. Ao mesmo tempo faz com que essas comunidades se movimentem na defesa do Rio (Figura 14), através Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)²⁰ e na ocupação de outros espaços que estão em defesa e proteção das águas.



Figura 14 – Rio São Francisco.

Fonte: Ingrede (Liderança do território), 2020.

²⁰ O Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas desta sociedade.



Figura 15 - As margens do Rio São Francisco.

Fonte: Ingrede (liderança do território), 2020.

As narrativas dos moradores de Caatinginha sobre o rio (figura 15) são recordadas como a abundância de alimento, como a pesca do peixe, das plantações de arroz, macaxeira, dentre outras culturas, onde as dificuldades não existiam, pois tudo dava, e não tinha preço. Hoje por estarem distantes do rio, as dificuldades com alimentação, por não desenvolver a pesca, e outras práticas produtivas como antes do *des-envolvimento*. Vale destacar que naquele momento que se vivia próximo ao rio não se tinham problemas estruturais, porém a vida era mais alegre, as dificuldades eram mais práticas para serem enfrentadas.

Essas narrativas de Caatinginha, acerca do rio e das vivências de outrora, me remete a experiência vivenciada, na Cáritas Regional de São Raimundo Nonato, Piauí, onde trabalhei em um assentamento da reforma agrária, Novo Zabelê. As famílias deste assentamento viviam dentro de uma área rica do Parque Nacional Serra da Capivara e foram obrigadas a se retirarem, pelo IBAMA e as mesmas foram assentadas de forma arbitrária, ocasionando tristeza, revolta na população que ficou durante muito tempo desassistido. E numa das várias conversas, enquanto assessora técnica, que tive com uma assentada, dona Arlinda (In memoriam), a mesma relatou que era “gorda” quando morava no Antigo Zabelê, porque lá tinha água em abundância, terra e era feliz.

E para diminuir as saudades e essa a ausência que o local de origem faz, os filhos Caatinguinha, retornam apreciar a sua beleza e recordar os momentos de fartura e alegria que era viver na Baixa Funda, assim como acontece com os filhos do Assentamento Novo Zabelê. Por isso, as recordações quando veem nos depoimentos, tanto dos moradores da comunidade quilombola, quanto do assentamento, apesar das dificuldades vivenciadas, são consideradas guardiãs desse lugar considerado sagrado, como o rio, a Baixa Funda e o Antigo Zabelê.



Figura 16: O Rio e as plantas nativas.

Fonte: Engrede (Liderança do território), 2020.

Para os membros do território, o Rio (figura 16), representa vida, enraizamento da cultura local, é um símbolo de resistência, que contribuiu na formação e no sustento dos moradores e para o fortalecimento da agricultura irrigada, do contexto socioeconômico das comunidades, e dos moradores que retiram grande parte de seu alimento. Além de representar a bandeira de luta do território.

Sobre a preservação do rio pelos mais antigos, como relata Alexandre Pereira, que “*o respeito pelos nossos antepassados que cuidaram, que pescaram muito, mas cuidaram muito do nosso rio*”, porém, ele ressalta que a nova geração não tem essa consciência sobre a importância do rio. Reforça também a necessidade de se ter uma liga, pois o rio é a vida da comunidade.

Tô costumado a dizer que o rio é a nossa vida. Se o rio não tá bem, também não estamos bem. Se o rio morrer também morreremos. Com certeza. E vejo hoje, no meu ponto de vista, a galera tem o rio só como área de lazer, não é errado. Não, beleza. As águas são muito boa... Traz energias positivas, e nos restaura nos renova, e além de tudo nos resfria, nos banha, aquela coisa toda... São muitos benefícios que o rio tem pra gente. Mas infelizmente, a gente chega dia de domingo tem uma turma tomando banho, alguns da região, outros não da região, a gente percebe no uso de latinha de cerveja e outros materiais, eles jogam assim de qualquer jeito. A gente vê que o pessoal usa o rio como área de lazer, mas não têm respeito com o rio, não todos. (Entrevista com Alexandre Pereira, liderança Quilombola de Caatinginha, em outubro de 2019).

Essa falta de respeito com o rio, segundo a liderança quilombola, se dá porque mais de setenta por cento da população desconhece a história de seus antepassados. Ele ainda enfatiza que os avôs e os pais criaram os filhos com o peixe, alimento que vem do rio. O relato nos faz refletir que os filhos da comunidade devem preservar o rio, criar essa consciência, pois essas ações negativas acabam dando espaço para o invasor adentrar e acabar com sua riqueza.

Outro relato relevante quanto à relação que se tem com o rio, Senhor José Martins afirma:

Tudo tinha um respeito. O rio era respeitado que essas drogas que está sendo plantado nas águas do rio e ninguém quer isso pra comprar. Ninguém sabia nem o que era. Isso aí era grande respeito que a gente tinha com o rio. Se o rio enchia se a gente tinha que zelar dele direitinho pra ter água pra beber fazer tudo era respeito. Tem o peixe que hoje tinha, a gente ia para o rio pegar peixe, a gente pegava uma piaba, botava de novo no rio pra criar e crescer. . (Entrevista realizada com Senhor José Martins, em outubro de 2019).

O respeito, no relato do senhor José Martins, é para reforçar que o rio deve ser preservado, levando em consideração o seu curso, os peixes que ali estão, caso se tenha esse cuidado vai acabar a fonte de alimento que se tem. A pesca predatória, ameaça à reprodução das espécies que ainda estão no rio. Nesse sentido, o rio também é considerado um território a ser preservado.

E dona Emídia também reforça que o rio representa *felicidade*, e antes era muito bom, pois, nadava muito quando ia pescar. Porém, atualmente, tem medo de voltar e olhá-lo, devido às notícias de que está seco e fraquinho. Isso reforça mais uma vez que as populações ribeirinhas, do campo, quilombolas, indígenas devem guardar os rios, as matas, pois são fortalezas de alimento, de produção, de vida, onde

afirmam suas identidades, e não permitir que os de fora invadam seus espaços, seus lugares, seus territórios.

Nesse sentido, Alexandre Pereira, destaca que enquanto pescador em suas andanças semanais pelas águas, sendo um dia sim e outro não, vê o sofrimento do rio a cada dia, e encontra lixo descendo nas águas abaixo, como vasilhames de veneno. E o sentimento fica latente em sua fala, é o cuidado com a mãe natureza tratá-la com respeito e carinho, principalmente o rio, que representa a vida de todos, sobretudo dos ribeirinhos. Ou seja, se o rio não tiver saúde, a população também não terá saúde.

As mudanças ocorridas com o rio trouxe junto a ambição, a usura que fora arranhando as relações comerciais, sociais, pois tudo que vinha e vem do mesmo, tem uma representatividade para as comunidades, foi colocado como vendável. O rio é um território que não pode ser empenhorado, nem vendido. Os bens do rio, como os peixes, que serve de sustento para milhares de famílias, quando eram pescados anteriormente, como relata senhor José Martins, por menor que fosse era avaliado pelo produto e não pelo valor. Atualmente, o que conta é o valor econômico e isso vai mexendo na reprodução das espécies, por isso que o respeito foi repetido por diversas vezes no depoimento de Martins e dos demais entrevistados.

Hoje com esse negócio da usura pode ser deste tamanho, desse tamanhinho, tudo vai para o quilo. Antigamente não tinha isso de quilo, se queria comprar um peixe não tinha isso, era pelo tamanho quando um queria comprar perguntava quanto era o peixe é tanto, antes era o peixe e não o quilo. Não precisava de balança, não precisava de nada. Tinha uma criação, um bode como que ia vender quanto é isso é tanto. A senhora acredita que cheguei a vender até 53, 250 de peixe, 60 mil réis, para me casar. Os peixes que tinham surubim, curimatá. Porque se fosse de anzol o surubim, e se fosse de tarrafa era qualquer peixe. Era tanto faz se fosse pequeno ou grande. Tudo tinha. Curimatã, piau, piambeba, piranha, pirá, corvina, tudo esse peixe do rio. Hoje já tem peixe que foi botado como tucunaré, tilápia. A piranha é um peixe sem futuro. O cariri só a cabeça, pra cozinhar e comer só a cabeça. (Entrevista com Senhor José Martins, em outubro 2019).

Esse relato nos faz refletir que anteriormente se tinha confiança nas relações comerciais. Atualmente, o dinheiro vale mais que a mercadoria. Por isso, vem o questionamento até quando as comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos das florestas irão conviver com o mal uso dos recursos públicos, do interesse econômico através de projetos que não envolvem e nem desenvolvem as populações do campo,

das florestas e das águas? As águas e os territórios sendo vendidos e invadidos, sem qualquer preocupação com o meio ambiente, com os modos de vida, com perdas irreparáveis ocasionadas pelos projetos em nome do poder político e econômico, como coloca João Suassuna (2006), que as águas do Nordeste são negociadas através desses projetos que se tornam elefantes brancos, que causam danos e pode trazer novamente ao cenário de seca, devido à ingerência de recursos públicos, técnicos e o influência política.

Por isso, é determinante para as comunidades a defesa do rio, que faz parte do processo histórico de ocupação das comunidades que compõem o Território Águas do Velho Chico. Assim como, na garantia de alimento, água para beber das famílias, impedimento da presença do estranho, pois a população quilombola é considerada guardiã dos recursos naturais dentro de seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa trajetória das comunidades quilombolas, nos mais diversos sentidos de existência e resistência, estiveram e estão presentes a resistência dos seus antepassados e de sua ancestralidade. A identidade quilombola tão questionada por uma sociedade racista cujas dinâmicas invisibilizaram, e que ainda persiste em invisibilizá-las cada vez mais negando direitos fundamentais. Ser quilombola é se reconhecer e se tornar um sujeito de direitos e empoderado na luta por uma cidadania em particular numa perspectiva de reparação histórica

A historiografia durante muito tempo contou a história da formação dos quilombos, da sua trajetória. Porém, outros estudiosos perceberam que a história é importante, mas devemos refletir sobre esse lugar e o espaço de ocupação dessas comunidades como os geógrafos, a cultura e seus modos de vidas na visão dos antropólogos; como seu processo organização na sociedade, assim como os sociólogos, e de outros profissionais que se permite a compreender a importância da singularidade dos quilombos, e do pertencer a terra e ao território.

A luta pela regularização do território quilombola perpassa pela importância da territorialidade que significa pertencimento daquele local, onde são praticadas as crenças, sua cultura e suas vivências. No caso de Caatinginha a luta pela terra vai além, pois os quilombolas que ali habitam, não possuem terras suficientes para produzir e devido ao próprio processo de estruturação fundiária, há necessidade de regularizar o território para garantir que o direito de produzir seja assegurado para os moradores da comunidade e deixem de ficarem reféns dos proprietários não quilombolas.

A insuficiência de terra para produzir, interferiu nas práticas produtivas, tendo que se submeterem ao trabalho em outras áreas, como arrendamento ou meeiros, tendo que arcar com os custos sem ter condições para poderem se manter, além de dividir os lucros obtidos na garantia do sustento familiar. No entanto, é importante dizer que em Caatinginha as famílias mesmo tendo sofrido com a desterritorialização, e ao mesmo tempo terem se territorializado, as suas práticas não foram perdidas, pois continuam praticando com muitas dificuldades, como o acesso a créditos e o incentivo na produção como instituído nos decretos e portarias como beneficiários da reforma agrária; e dependendo muitas vezes dos benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família.

Os grandes empreendimentos não contribuem para o fortalecimento das comunidades quilombolas, muitas vezes ao contrário, através de construção de barragens, mineradoras, dentre outros. No caso de Caatinginha, a comunidade que antes vivia à margem do rio, foi afetada pela força das empresas que estão interessadas no progresso às avessas. O curso do rio foi alterado devido à barragem que fora construída na região, que afetou e continua afetando as comunidades tradicionais que dependem dessa água.

O Rio São Francisco sempre fez parte da vida de população aguerrida, que ainda pelo preconceito e a omissão de um olhar mais voltado para as necessidades reais da região, são impedidos de trabalhar em terras próprias, ficando muitas vezes fora de processos produtivos autônomos pela falta do espaço.

O sentimento de pertencimento pelo território e pelo rio é perceptível quando os entrevistados afirmam que “Caatinginha é tudo na vida”, pois lá estão seus parentes, a sua identidade, o seu modo de vida, suas relações de sociabilidade, de compadrio, suas práticas produtivas. Logo, é importante ressaltar que os caminhos percorridos por Caatinginha juntamente com a unidade territorial tem sido fundamental para buscarem acesso às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do território.

A regularização fundiária dos territórios quilombolas depende de processos administrativos, mas principalmente de ação política do Estado para que mais territórios sejam legitimados, pois o mesmo respalda outros direitos e novas legalidades, levando em consideração sua identidade étnica. Assim, é fundamental que as comunidades estejam mobilizadas e articuladas em suas redes de solidariedade para continuarem na luta para garantia de seus direitos.

É importante pontuar, que apesar da regularização, as comunidades necessitam de mais atenção em suas áreas, não só do governo federal, mas estaduais e municipais, pois não basta apenas serem instituídas leis, elaboradas as políticas públicas, pois na prática não são aplicadas para que o público alvo acesse-as. Nesse sentido, tanto o poder público municipal quanto o estadual tem feito pouco ou nada pelas comunidades quilombolas.

Diante disso, a questão fundiária quilombola ainda caminha a passos lentos para a sua efetivação jurídico-administrativa, pois não depende apenas dos técnicos ou dos gestores, mas de vontade política que reflete em partidos e governos sem interesse de garantir a função social da terra para as populações do campo. Sendo

assim, vislumbram apenas o poder econômico e político para atender suas estratégias de perpetuação no poder, com a diminuição cada vez mais dos recursos, tornando as comunidades quilombolas mais invisíveis.

Caatinginha também tem necessidades, que vão além da regularização fundiária, como a construção de uma escola estruturada e calcada numa educação contextualizada, fonte de emprego para os jovens, saneamento básico, atenção básica para os idosos e crianças, posto de saúde, área de lazer, internet gratuita, assistência técnica; como também ter mais conhecimento sobre seus direitos. Para além dessas necessidades e dificuldades, existe outra ordem de desafios referentes ao tráfico e consumo de drogas ou a violência que extrapolam os limites desse trabalho, porém demanda maior análise em outra oportunidade ou por outros pesquisadores.

A pesquisa realizada trouxe muitos aprendizados, e bastante desafiador, como o trabalho coletivo, a união, a fé, a força e resistência que as comunidades praticam. Sem romantizar, mas denunciar ameaças vividas por essas populações que enfrentam suas adversidades e dificuldades cotidianas e são reféns do sistema econômico, que as deixam à margem.

Em Caatinginha a vida pode parecer trivial para uma ou um visitante desatento, mas como já foi dito anteriormente, nessa comunidade quilombola existe trabalho, convivência, arte, música, dança, que fortalecem os laços de compadrio e afetivos. No Território os laços de confiança que se fortalecem na luta pelo território, e principalmente nas relações sociais.

Por isso que “Caatinginha é Tudo na Vida!”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio- uso comum e conflito.** In: Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas:** processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. **Os quilombos e novas etnias.** In: Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

_____. Comunidades Negras Rurais: entre a memória e o desejo. Tempo e Presença, v.20, 1998. 15-18.

_____. A emergência dos "Remanescentes ": Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: Mana. Estudos de Antropologia Social. PPGAS -UFRJ. 3/2. Rio de Janeiro: PPGAS, 1997.

_____. Comunidades remanescentes de quilombos. Tempo e Presença, N.º319, 2001, 25-29.

_____. Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras. IN: Prêmio territórios quilombolas: 2^a Edição. – Brasília: MDA, 2007. 268 p.; 21 x 28 cm. -- (Nead Especial; 5).

AZEVEDO, Érika Sabrina Felix e VITAL, Tales. **Programa Chapéu de Palha:** Solução ou perpetuação da Pobreza na zona canavieira? IN: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 56, 2018, Campinas. Anais Transformações Recentes na Agropecuária Brasileira: Desafios em Gestão, Inovação, Sustentabilidade e Inclusão Social. Campinas, UNICAMP, 2018. Disponível em: <https://sober.org.br/wp-content/uploads/2020/03/9410.pdf>. Acesso em 02/12/2020.

BADIRU, Ajibola Isau; SIMONARD, Pedro. **A questão dos quilombos no Brasil:** conflito, direito originário e liminaridade. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (476): 261-286, jan./abr, 2018.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Terras Negras: invisibilidade expropriada**. IN: Terras e Territórios de Negros no Brasil. Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, Ano 1, Nº 2, UFSC, Florianópolis, 1991.

_____. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. LASK, Tomke (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia**. Tellus, ano 6, n. 10, p. 11-21, abr. 2006, Campo Grande, MS.

BOLTER, Jairo Alfredo G.; SCHNEIDER, Sérgio; HAAS, Jaqueline M. **O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural**. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.465-482.

BRANDÃO Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante**: um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./ dez.2007

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.668 /1988**, de 22 de agosto de 1988, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 433 /1992**, de 24 de janeiro de 1992, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 1992.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 8.629/1993**, de 25 de fevereiro de 1993, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.887/2003**, de 20 de novembro de 2003, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.051/2004**, de 19 de abril de 2004, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr.2004.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040/2007**, de 7 de fevereiro de 2007, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev.2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.261/2007**, de 20 de novembro de 2007, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov.2007.

BRITO, M. A.; COELHO, M. de F. **Os quintais agroflorestais em regiões tropicais** – unidades auto-sustentáveis. Agricultura Tropical, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir,

escrever. In: O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

CARNEIRO, Edison. **Singularidades dos Quilombos**. IN: IN: MOURA, Clóvis (org) Os quilombos na dinâmica social do Brasil. LIDUFAL, Maceió, 2001, 378p.

CARNEIRO, M. J. T. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.11, p.53-75, out.

CCLF (Centro de Cultura Luiz Freire). **Sertão Quilombola**: a formação dos quilombos no Sertão de Pernambuco. Governo do Estado de PE, 2008. 152p.

COSTA, Tiago Pereira. **Educação Profissional Contextualizada e Pedagogia da Alternância**: contribuição da Refaisa na formação de jovens do campo. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, 2018.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (organizadora). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, 21ª. Ed. RJ: Vozes, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, Luciana da Silva Sales. **Etnografia de documentos e de práticas estatais**: análise da atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais durante a instalação do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro/MG. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FIABANI, Adelmir. **Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. Tese (Doutorado em História). UNISINOS/PPGH, São Leopoldo, 2008.

FRANÇA, Paloma Suelen Fernandes de. **Ser Comunidade Remanescente de Quilombo**: um estudo sobre a Comunidade Cariacá em Senhor do Bonfim. 2019. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de De Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93p. Coleção O Mundo, Hoje, v.24.

FREITAS, César Gomes. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade Cruzeiro do Sul – Acre**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Campo Gande: Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, 2008.

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. IICA-GTZ, San Salvador, El Salvador: Landeras C.A., 1997. 208p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

_____. **Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX**. IN: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, 509p.

GOMES, Isabela Esteves. **A cultura de um povo que luta: uma produção audiovisual sobre a Sociologia Rural da Comunidade Quilombola Lages dos negros –BA**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, 2018.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Herança Quilombola: Negros, Terras e Direitos**. IN: MOURA, Clóvis (org) *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. LIDUFAL, Maceió, 2001, 378p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOCDÉ, Henri. **A lógica dos agricultores experimentadores: o caso da América Central**. Metodologias Participativas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, Volume 1. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 420p.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renato Versiani Scott. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades**. Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol.7, N.13, 2016, p.414-464.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. In: Revista Etnográfica, Vol. VII (2), 2000.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petropolis: Vozes, 2009.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB. Série Antropologia, n. 332, 2002.

LIMA, Ruy Cirne. **1908: pequena história territorial brasileira: sesmarias e terras devolutas**. 4. ed. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

LOTTA, Gabriela. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade**. In: FARIA, C. A (org). *Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática*. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do**

empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril cultural, 1984.

MARÉS, Carlos Frederico. **Função Social da Terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. 2003.

MARION, José Carlos (Coor). **Contabilidade e controladoria em Agribusiness.** São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho. São Paulo, Editora HUCITEC, 1993.**

MELO, Paula Balduino de. **Práticas Produtivas e Políticas Públicas: Uma experiência Quilombola no Vale do Ribeira/SP.** 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, 30ª. Ed. RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

MOURA, Clovis. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo, 3ª. Ed. SP: Ática, 1993.

_____. **Rebeliões da senzala.** 3º Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **“Origem e histórico do quilombo na África”.** Revista USP, v. 28, 1995-6.

O’Dwyer, Eliane Cantarino – 2002 – Introdução. **Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos.** Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas/ Associação Brasileira de Antropologia (Co-editora), páginas 13-42.

_____. **Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento.** Tomo, São Cristóvão –SE, nº 11, jul/dez.2007.

OIT – **Convenção nº 169 sobre os povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais.** Brasília: OIT, 2004.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.235,** de 26 de junho de 2002.

PICELLI, I; COSTA, J. D.; TORSIANO, R. 13 anos de uma Política Federal de Regularização de territórios quilombolas: construções e desafios. II Seminário Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico, 4 a 5 de agosto de 2016. Campinas: Unicamp. IE, 2016. (Coletânea [recurso eletrônico]). Disponível em:

<https://governancadeterras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Coletanea-II-SGTDE-2016.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Brasília, DF, 2013.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT, jun/2015.

SANTOS, Danilo Moreira dos. **Representações sociais de usuárias, praticantes e espectadores da extensão rural no contexto da Comunidade Remanescente de Quilombo Nova Jatobá em Curaçá-Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, 2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2011.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C. M.; CARVALHO, M.C.P.de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente e Sociedade**. Campinas, n.10, p.129-136, jan./jun. 2002.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 18, nº 51, p. 99-122- fev. 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JÚNIOR, Adenilton Gonçalves. **Alagadiço: memórias e identidades de uma comunidade Quilombola de Juazeiro-Ba, uma abordagem visual**. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro - BA, 2018.

SILVA, Luclécia C. M.; CARVALHO NETO, Moisés Felix de; BUSSO, Adriana Fernanda. **Comunidades Quilombolas do Sertão de Pernambuco: Diálogos sociopolíticos na construção de uma Educação emancipatória**. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 26, n. 49, p. 53-67, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319372205_Comunidades_quilombolas_do_sertao_de_Pernambuco_dialogos_sociopoliticos_na_construcao_de_uma_educacao_emancipatoria. Acesso em 02 dez. 2020.

SUASSUNA, João. **Ás Águas do Nordeste e o Projeto de Transposição do Rio São Francisco**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma, Recife, vol. 3, p.30-44, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa**

qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 173 p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. p. 65.

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura Familiar e Campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SIGAS-PE. **Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social**. Curso 07- Participação por Região – Sertão: 2018. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/curso-07--participao-por-regio--serto>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Territorialidade, Identidade Étnica e Práticas Produtivas

Pesquisador: Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08370919.2.0000.5196

Instituição Proponente: UNIVASF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.387.903

Apresentação do Projeto:

1. Trata-se de parecer sob pendências referente a parecer n. 3.325.255.

1.1. O projeto de pesquisa está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Univasf e a sua equipe executora é composta por: Simone Francisca Ramos de Sousa (discente), Nilton de Almeida Araújo (Orientador) e Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (Co-Orientadora). O projeto contempla todas as seções essenciais para a análise ética.

1.2. Todos os membros da equipe foram cadastrados na Plataforma Brasil (Pendência acatada)

Objetivo da Pesquisa:

2. Os objetivos estão bem delineados, são exequíveis, estão em acordo com a metodologia proposta e podem ser atingidos no prazo estipulado pelo cronograma.

Objetivo Primário:

Analisar a relação entre territorialidade, identidade étnica e práticas produtivas junto às famílias do quilombo Caatinguinha, semiárido pernambucano, município de Orocó –PE.

Objetivo Secundário:

1- Identificar práticas produtivas de uso coletivo e limitações quanto ao acesso aos recursos

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cep@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 3.387.903

naturais junto às famílias quilombolas de Caatinguinha;

2 - Analisar as relações socioprodutivas entre as famílias quilombolas de Caatinguinha e demais famílias pertencentes ao território de Águas do Velho Chico;

3- Observar contextos sociais onde a representatividade política do quilombo Caatinguinha se expressa;

4- Analisar a constituição de redes sociais e instâncias políticas voltadas à produção local das quais o quilombo Caatinguinha pertence;

5 -Identificar possíveis conflitos territoriais entre a comunidade quilombola e demais atores sociais locais inseridos nas redes de produção local.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

3. Foi realizado o ajuste dos riscos pertinente, com previsão de estratégias para minimizá-los, assim como foram apresentados os potenciais benefícios que a pesquisa pode propiciar aos seus participantes. (Pendência acatada)

3.1. Riscos, desconfortos e benefícios: A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, contudo podem ocorrer desistências dos participantes, pois os mesmos podem se ausentar para trabalhar fora da comunidade. Portanto, é interessante criar uma lista de participantes interessados para uma possível substituição. Nesse sentido, o pesquisador deve estar atento e adotar princípios éticos na aplicação do método utilizado na pesquisa, para evitar desconfortos nos participantes, seja na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural do ser humano, que podem prejudicar a coleta dos dados. Durante a pesquisa podem ocorrer riscos, como: invasão de privacidade, divulgação dos dados confidenciais sem o consentimento dos participantes, interferência na vida ou na rotina dos sujeitos, divulgação da imagem quando houver registros

fotográficos ou filmagens sem o consentimento dos participantes, revitimizar e perda do autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, e principalmente, divulgação dos dados confidenciais registrados nesse Termo.

Garantias éticas: Todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa serão ressarcidas, sendo todos os custos da pesquisadora. É garantido ainda o seu direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Caso ocorram danos na pesquisa algumas providências deverão ser adotadas, como, garantia do acesso

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cep@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 3.387.903

aos resultados obtidos na pesquisa, garantia do local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto, a não violação da integridade dos documentos cedidos pelo grupo (danos físicos, cópias ou rasuras), assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidade, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiro. O pesquisador vai assumir a responsabilidade de dar assistência ao participante às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, garantindo que sempre sejam respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos da comunidade envolvida; e também que seja garantida que a pesquisa traduza-se em benefícios cujos efeitos constituem a se fazer sentir após sua conclusão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa. (Pendências acatada)

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5. Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados adequadamente.

5.1.O TCLE foi reformulado, atendendo as pendências pontuadas no parecer anterior. (Pendências acatada)

Recomendações:

6. Encaminhar para aprovação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

7. O projeto foi corrigido e atende aos aspectos éticos de proteção aos participantes da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

É com satisfação que informamos formalmente a V^a. Sr^a. que o projeto "TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE ÉTNICA E PRÁTICAS PRODUTIVAS: ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO" foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVASF. A partir de agora, portanto, o vosso projeto pode dar início à fase prática ou experimental. Informamos ainda que no prazo máximo de 1 (um) ano a contar desta data deverá ser enviado a este comitê um relatório sucinto sobre o andamento da pesquisa.

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cep@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 3.387.903

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1291655.pdf	31/05/2019 09:59:01		Aceito
Outros	Carta_CEPSimone.pdf	31/05/2019 09:57:59	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto_Simone.pdf	30/05/2019 09:29:33	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_AtualizadoSimone.pdf	29/05/2019 20:37:47	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ajustado.pdf	29/05/2019 20:36:44	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Outros	Termo_Sigilo.pdf	01/02/2019 17:21:26	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Outros	Anuencia_Incra.pdf	31/01/2019 12:30:23	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Simone.pdf	31/01/2019 12:30:04	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Orçamento	Orcamento_Simone.pdf	31/01/2019 12:29:32	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito
Cronograma	Cronograma_Simone.pdf	31/01/2019 12:29:18	Simone Francisca Ramos de Sousa Ramos de Sousa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cep@univasf.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO



Continuação do Parecer: 3.387.903

PETROLINA, 12 de Junho de 2019

Assinado por:
Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n
Bairro: Centro **CEP:** 56.304-205
UF: PE **Município:** PETROLINA
Telefone: (87)2101-6896 **Fax:** (87)2101-6896 **E-mail:** cep@univasf.edu.br

ANEXO B – PEQUENO GUIA PARA GRAVAÇÃO COM CELULAR
(Catarina de Angola, jornalista da Angola Comunicação e comunicadora popular)

- 1 – Antes de começar a filmar, limpe a lente do seu celular, é importante para que as imagens saiam mais nítidas. Limpe de preferência com um tecido macio, como algodão;
- 2 – Teste o áudio do seu celular antes, faça uma gravação teste para perceber se o volume está certo;
- 3 – Ao filmar, escolher um local naturalmente bem iluminado, pois no escuro ou com muita sombra no rosto das pessoas, as imagens não irão aparecer;
- 3 – Dê preferência a um ambiente e horário mais silencioso no momento de gravar;
- 3 – Tenha cuidado com ventos fortes, pois eles cobrem a fala durante as gravações;
- 4 – Não grave muito longe de quem estiver fazendo a fala se quiser que ela seja usada, pois de longe a fala pode ficar muito baixa;
- 5 – Preferencialmente, filme com o celular na horizontal.
- 6 – Se entrevistar alguém anote nome e sobrenome;
- 7 – Tenha firmeza nas mãos ao filmar, atenção para não tremer, se necessário coloque o celular parado em algum local para fazer a gravação;
- 8 – Planeje o que vai gravar antes, para que não perca o foco no assunto que deseja abordar na hora de gravar;
- 9 – Não fale em cima da resposta de outra pessoa, deixe que ela termine a fala para que você faça alguma pergunta ou comente;
- 10 – Confira se sua bateria está carregada e se seu celular tem espaço suficiente para guardar as gravações.

ANEXO C – CORDEL NOSSA ORIGEM

A História da Comunidade Vitorino – Orocó-PE

Vou de um assunto
Que julgo muito importante
De um lugar muito bonito
E interessante.

Nossa comunidade
Ainda hoje é muito tradicional
Todas as famílias vivem do plantio
artesanal.

Tudo começou quando um senhor
De nome “Vitorino” resolveu se mudar
E foi para esse lugar que construiu
família
E foi nesse dia que nasceu nosso lar.

Temos também a nossa religião
Nossa marca de união
Começou com os Penitentes
Onde muita gente não os pode ver
E que só Jesus pode saber.

Logo a notícia se espalhou
E com muito amor
Nossa comunidade foi batizada
E Vitorino foi chamado.
Com o passar dos tempos
Seu herdeiro se espalhou
E várias famílias nessas terras morou
E com muita alegria e satisfação
Vivemos até hoje com e união.

Carregam uma Cruz
A Missão de Jesus
E com a língua enrolada
É a estratégia usada
Para esconder as suas identidades
E sem nenhuma maldade
Andam pela escuridão
Para espalhar a sua missão.

Do leite do rio tiramos nossa cultura
Que defendemos com bravura
De um soldado de guerra
Enxada é o nosso armamento
E a munição é o nosso alimento
Tirado da própria terra.

Como toda comunidade
Temos nosso representante
Santa Cruz da Venerada
Companheira constante.

Surgiu com os Penitentes que
 carregavam
 Uma Cruz, e até hoje na comunidade
 Se reza a Novena de Santa Cruz.

É na Festa da Padroeira
 Que todos se unem
 Na igreja todos assumem
 Sua devoção a missão
 Os nove dias de novena é uma
 tradição
 Passada de geração e geração.

Não podemos esquecer-nos da nossa
 benzedeira
 Chamada Raimunda
 Nessas terras plantou raízes
 profundas
 De muito saber
 Onde até os bebê
 Conhece os seus talentos
 Na sua casa encontramos alento
 Sempre disposta a ajudar
 Seja em qualquer lugar.

O São Gonçalo é uma Dança
 Muito linda de se vê
 Pagar as promessas de quem se pôs a

fazer
 Dança criança, home e mulher para
 tradição se manter.
 Agora agradecemos por sua atenção
 Lembre sempre do Vitorino
 Respeite a nossa tradição
 Povo guerreiro e lutador
 Que não desiste da missão
 Fazemos parte do Território
 Quilombola com muito amor e
 dedicação.

Autoras:

**MARIA IVONEIDE GOMES DOS
 SANTOS PEREIRA –**

Acadêmica do Curso Licenciatura em
 Pedagogia,
 Professora Quilombola – Comunidade
 Quilombola
 Vitorino.

**ANA CARLA FERREIRA DA SILVA
 NASCIMENTO**

Pedagoga, Professora Quilombola –
 Comunidade
 Quilombola Vitorino.

OROCÓ-PE, 19 DE SETEMBRO DE
 2020.

ANEXO D – CERTIDÃO DE AUTOIDENTIFICAÇÃO

Cartório do Registro Civil de Orocoó-PE
Comarca de Orocoó-PE
R. Manoel Gomes, s/n - Vila Magnosa Ferraz
00000-000 - Orocoó-PE



Certifico que a presente cópia e reprodução
feita do original que me foi enviado pelo Sr.
de 03 de 03 de 2009
Assinado por [assinatura]
Em atendimento ao nº 035 de 270
1988, do Conselho Nacional de
Arquitetura e Urbanismo, em
conformidade com o art. 1º da Lei nº 12.377/2010.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA CULTURA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988



Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

Folha 05

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.001597/2007-14 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Umburana / Caatinguinha / Remanso / Vitorino / Mata de São José**, localizada no município de Orocoó/PE Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.250, fl. 65, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **14 de outubro de 2009**.

O referido é verdade e dou fé.

Edvaldo Mendes de Araújo
(Zulu Araújo)
Presidente

SBS QD.02 LOTE 11 Ed. Eley Meléndez - Brasília/DF - CEP: 70070-120 Brasília - DF - Brasil
Fone: (0 XX 51) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
E-mail: fdcp@palmares.gov.br Site: www.palmares.gov.br

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

